



## MATA ATLÂNTICA, O FUTURO É AQUI

No Brasil, somente pode-se pensar em desenvolvimento com sustentabilidade se voltarmos o nosso foco para a Mata Atlântica. Nenhum projeto para a Nação pode desprezar tamanha riqueza. Por isso, o seminário sobre a biodiversidade da Mata Atlântica realizado no Vale do Ribeira, em 23 de agosto de 2003, teve como objetivo ampliar o debate sobre a exploração e o destino de uma fortuna inigualável que já é considerada a quinta área mais ameaçada do mundo, entre as mais ricas em espécies.

Simbolicamente, essa discussão só poderia ser realizada no Vale do Ribeira, onde encontramos 50% da Mata Atlântica intocável e o Complexo Lagunar, um imenso tesouro de ecossistemas costeiros marítimos.

Fale com **Mariângela Duarte**

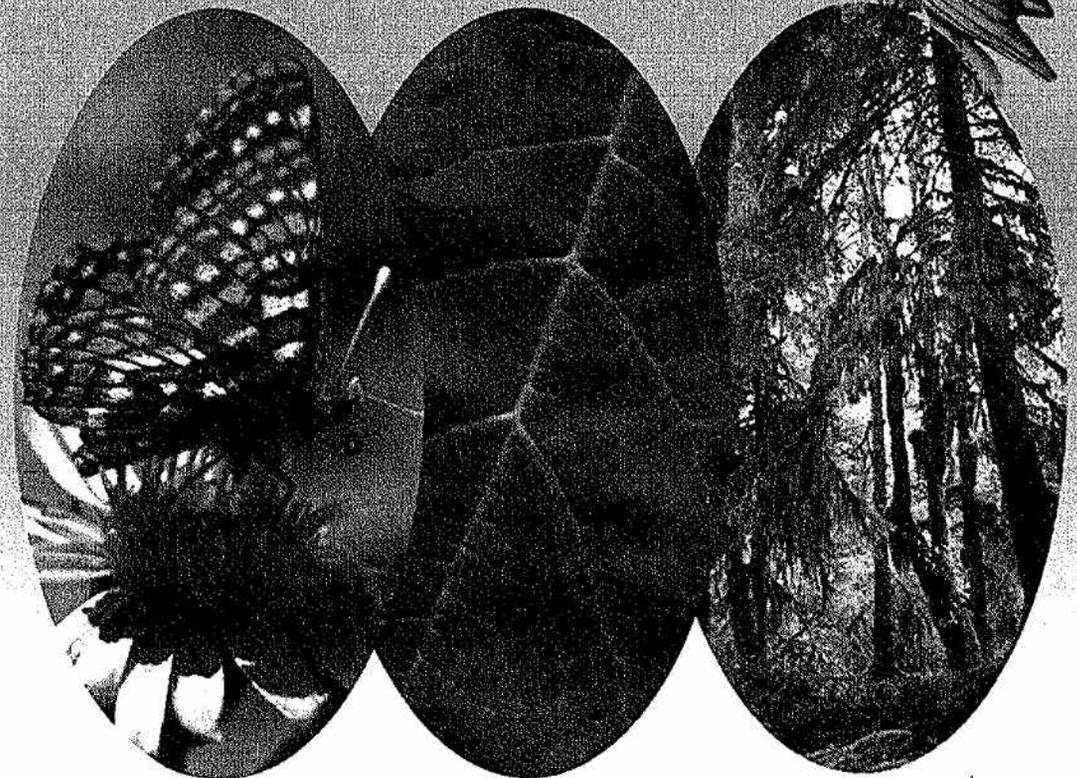
**Santos:**  
Rua General Câmara, 5  
7º andar – Sala 711 – Centro  
CEP 11010-121  
Tel./Fax: (13) 3219-5013  
(13) 3219-4279  
e-mail: mariangeladuarte@uol.com.br

**Brasília:**  
Câmara dos Deputados  
Anexo III – Gabinete 371  
CEP 70160-900  
Tel.: (61) 215-5371  
Fax: (61) 215-2371  
e-mail: dep.mariangeladuarte@camara.gov.br



Câmara dos Deputados

## SEMINÁRIO SOBRE A BIODIVERSIDADE DA Mata Atlântica E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



DEPUTADA FEDERAL  
**MARIÂNGELA DUARTE**



Brasília  
2004

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Cod. 4150



Câmara dos Deputados

**MARIÂNGELA DUARTE**  
**DEPUTADA FEDERAL**

**SEMINÁRIO SOBRE A BIODIVERSIDADE  
DA MATA ATLÂNTICA E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*Seminário sobre a biodiversidade  
da Mata Atlântica realizado no Vale do  
Ribeira, em 23 de agosto de 2003.*

**Centro de Documentação e Informação**  
**Coordenação de Publicações**  
BRASÍLIA – 2004

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa**  
SÉRIE  
**SEPARATAS DE DISCURSOS, PARECERES E PROJETOS**  
**Nº 154/2003**

SUMÁRIO

- Apresentação .....	5
- Em defesa da Mata Atlântica .....	7
- Projeto de Lei nº 614/03 .....	9
- Texto Base 1 .....	12
- Texto Base 2 .....	39
- Texto Base 3 .....	42
- Texto Base 4 .....	48
- Texto Base 5 .....	62
- Texto Base 6 .....	67
- Texto Base 7 .....	72
- Propostas apresentadas em plenário pelos Grupos de Trabalho	74
- Propostas individuais apresentadas em plenário .....	77

## APRESENTAÇÃO

**MATA ATLÂNTICA, O FUTURO É AQUI**

No Brasil, somente pode-se pensar em desenvolvimento com sustentabilidade se voltarmos o nosso foco para a Mata Atlântica. Nenhum projeto para a nação pode desprezar tamanha riqueza. Por isso, o seminário sobre a biodiversidade da Mata Atlântica realizado no Vale do Ribeira, em 23 de agosto de 2003, teve como objetivo ampliar o debate sobre a exploração e o destino de uma fortuna inigualável que já é considerada a quinta área mais ameaçada do mundo, entre as mais ricas em espécies.

Simbolicamente, essa discussão só poderia ser feita no Vale do Ribeira, onde se encontra 50% de Mata Atlântica intocável e o Complexo Lagamar, um imenso tesouro de ecossistemas costeiro e marítimo.

Participaram do encontro, além de ambientalistas do Estado e autoridades da região, técnicos do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Nacional da Pesca para dar esclarecimentos sobre as ações do governo Lula para o futuro da Mata Atlântica e, obviamente, do País.

Com 400 participantes, o valor do seminário foi a grande representatividade do público ligado a diversos setores temáticos, como colônias de pescadores, ONG, sindicatos, empresários, prefeituras, universidades e comunidades tradicionais.

Vale destacar que o evento ocorreu em área totalmente afastada dos grandes centros, reforçando uma unidade política entre sociedade civil organizada, vereadores, prefeitos, deputados e governo para juntos lutarem pela Mata Atlântica.

Outro passo nessa luta foi a emenda apresentada por Mariângela Duarte ao Orçamento da União para a implantação do Pólo Tecnológico da Mata Atlântica, em Registro. Será o início da viabilização do Projeto de Lei 614/03, de autoria da deputada, que estabelece as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica.

Nas páginas seguintes, apresentamos o texto-base que norteou o seminário de Registro.

## EM DEFESA DA MATA ATLÂNTICA



*Mariângela Duarte*

Há tempos a exploração desordenada da Mata Atlântica tem sido preocupação desta Deputada, especialmente porque o domínio dessa região estende-se por 1,2 milhão de km<sup>2</sup> ao longo da costa brasileira, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, avançando para o interior, principalmente nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Considerada a quinta área mais ameaçada e rica em espécies do mundo, apresenta-se como um mosaico diversificado de ecossistemas, com estruturas e composições florísticas diferenciadas, em virtude da diversidade de solo, relevo e característica da ampla área de ocorrência, aproximadamente 7,3% de sua cobertura florestal original. Estudos apontam a existência de 1.361 espécies da fauna brasileira, com 261 espécies de mamíferos, 620 de aves, 200 de répteis e 280 de anfíbios, sendo que 567 espécies só ocorrem nesse Bioma, conforme a organização *Ambiente Brasil*.

Possui, ainda, cerca de 20 mil espécies de plantas vasculares, das quais 8 mil delas também só ocorrem na Floresta Atlântica. No sul da Bahia, foi identificada a maior diversidade botânica do mundo para plantas lenhosas, sendo registradas 454 espécies em um único hectare, destacando-se como ecossistema ameaçado a Floresta com Araucária, distribuída por cerca de 400.000Km<sup>2</sup>.

Mesmo com toda essa biodiversidade, o que resta da mata atlântica é, praticamente, desconhecido de nossa população: na região litorânea, por exemplo, prevalece o interesse, apenas, pelo gozo das belas praias; o turismo prospera; no entanto, nega-se um fabuloso banco genético de possibilidades para uma gama de atividades, especialmente à indústria farmacêutica de medicamentos naturais e à biogenética.

Importante destacar que 50% da Mata Atlântica preservada encontra-se no Vale do Ribeira, uma das mais esquecidas regiões do

Estado de São Paulo que, ademais, possui o Complexo Lagamar, de imensa riqueza como ecossistema costeiro e marítimo, do mesmo modo que os pesquisadores apontam o Vale do Ribeira e Bertioga, no Litoral de São Paulo, como regiões que apresentam as maiores reservas de biodiversidade do País.

Apesar do Brasil despontar como um grande expoente em biotecnologia, de acordo com manifestação de pesquisadoras da Embrapa, não possui uma política séria voltada ao manejo sustentável dos seus recursos florestais.

Preocupada, inicialmente, com a implantação de um Centro de Biotecnologia da Mata Atlântica, nos moldes do centro da Amazônia, que integra o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – PROBEM, protocolei, no plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 614, de 2003, estabelecendo as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais, no intuito de que a implementação e manutenção de Programa da envergadura do PROBEM, se faça com a segurança jurídica da lei.

Lutaremos pela implantação do Centro de Biotecnologia da Mata Atlântica que, interligado a uma Rede Nacional de Laboratórios e Grupos de Pesquisadores, deverá garantir a promoção da capacitação tecnológica das empresas regionais em biotecnologia e o desenvolvimento de bioprodutos; a articulação de canais de financiamento, especialmente através dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia; a formação de empresas de base tecnológicas; o crescimento das empresas existentes e a atração de novas empresas para o setor de recursos naturais; bem como a contribuição para a formação de recursos humanos.

Essa é uma contribuição inicial para as discussões sobre esse tema de cunho estratégico ao País, e o projeto de lei representa um sinalizador de estruturação legal para aglutinar as forças que ainda teimam em lutar pelos benefícios advindos do uso sustentável da biodiversidade, cabendo frisar que as únicas formas de se enfrentar a ambição estrangeira, que percebe a riqueza dos bancos de genes do Brasil, são as mobilizações política e popular, de forma que não podemos admitir que se ignore a necessidade de implantação de centros de estudo e pesquisa com estrutura e investimentos, já que não há tradição de nossas empresas em pesquisas e as Universidades não dão conta desse processo, a fim de que se afaste, de vez, a negligência e a omissão do País, que insiste em investir, apenas, 0,80% do PIB nacional em pesquisa.

**PROJETO DE LEI Nº 614, DE 2003**  
(Da Srª Mariângela Duarte)

**Define as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece as diretrizes do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais, a ser implementado de forma participativa e integrada pelos governos federal, estaduais e municipais, e pela sociedade civil organizada.

Art. 2º O Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais tem os seguintes objetivos:

I – incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia brasileira, e de outros Biomas Nacionais, de modo sustentável, observadas as diretrizes da Convenção da Diversidade Biológica;

II – promover a implantação de pólos de bioindústrias nas regiões de Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônica, e de outros Biomas Nacionais;

III – estimular o aumento de competitividade das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos para os mercados nacional e internacional;

IV – estimular a capacitação tecnológica das empresas regionais em biotecnologia e desenvolvimento de bioprodutos;

V – estimular o avanço tecnológico dos centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia instalados nas Biorregiões;

VI – implantar e assegurar o funcionamento de estruturas laboratoriais e a capacitação técnica e científica nas áreas de bioprospecção, biotecnologia e constituição de bioindústrias;

VII – promover a inserção das populações tradicionais da Região da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia Legal brasileira, e de outros Biomas Nacionais no processo produtivo e na bioprospecção;

VIII – zelar pelo estabelecimento de mecanismos para a justa repartição de benefícios advindos do uso econômico da biodiversidade;

IX – promover a ampliação de canais de comercialização de bioprodutos;

X – articular canais de financiamento.

Art. 3º O planejamento estratégico do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais será realizado por órgão colegiado, composto por representantes de órgãos e de entidades da Administração Pública Federal que detém competência sobre as diversas ações de que trata esta lei.

Parágrafo único. Poderão participar das reuniões do órgão colegiado, a convite do seu Coordenador, autoridades de governos estaduais e de outros setores do Poder Público, sobretudo os Institutos de Pesquisa, especialistas e representantes do setor privado, tendo em vista o aprimoramento ou esclarecimento de matérias em deliberação.

Art. 4º São atribuições do órgão colegiado previsto no artigo anterior, especialmente:

I – estabelecer as diretrizes e prioridades, com indicativos de metas e de utilização de recursos;

II – acompanhar e avaliar as atividades do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e outros Biomas Nacionais;

III – articular a participação dos órgãos governamentais e dos governos estaduais, no Programa previsto nesta lei;

IV – deliberar sobre a criação e implantação dos Centros de Biotecnologia da Mata Atlântica, da Zona Costeira e Marítima, da Amazônia, e de outros Biomas Nacionais, voltados às pesquisas sobre a biodiversidade, de preferência interligados a uma Rede Nacional de Laboratórios e a Grupos de Pesquisadores.

Art. 5º Os Centros de Biotecnologia, previstos no inciso IV do artigo anterior, terão por principais objetivos:

I – desenvolver novas tecnologias biotecnológicas;

II – participar e coordenar uma rede de laboratórios regionais e nacionais que desenvolverão pesquisas integradas na área de biotecnologia;

III – dar suporte às empresas de transformação e industrialização de produtos naturais na implementação de pólos e parques bioindustriais e prestar serviços às empresas nas áreas de toxicologia, farmacologia, controle de qualidade, certificação, propriedade industrial e transferência de tecnologia;

IV – contribuir para a formação de empresas de base tecnológicas;

V – estimular o crescimento das empresas existentes e atrair novas empresas para o setor de recursos naturais;

VI – contribuir para a formação de recursos humanos a cargo de entidades de ensino.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO BASE 1

**DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS  
PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL**

Sandra Kennedy Viana  
Ronaldo José Ribeiro  
Roberto Ulisses Resende



**APRESENTAÇÃO**

Este texto é o resultado de discussões com diversos segmentos da população do Vale do Ribeira quem vem sendo sistematizado desde 1996, com a CARAVANA DA CIDADANIA promovida pelo INSTITUTO DA CIDADANIA que contou com a participação do então presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, hoje Presidente da República do Brasil.

Durante o ano de 2002, estes temas foram revistos há luz da conjuntura atual, quando a macroregião do Partido dos Trabalhadores organizou diversos debates em grande parte dos municípios, com a participação de setores populares, sindicais, lideranças políticas e empresariais. Este processo subsidiou a conformação de uma proposta de DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, defendida pelo Partido dos Trabalhadores através das candidaturas de José Genoíno, ao Governo do Estado de São Paulo e de Sandra Kennedy, a deputada estadual.

O IDESC, ao propor este texto como subsídio ao debate neste Seminário pretende trazer a síntese de uma proposta consolidada ao longo destes anos junto aos diferentes setores da região do Vale do Ribeira.

Considerando os objetivos deste Seminário o texto original é aqui apresentado parcialmente, mantendo a estrutura original

*"No Brasil é assim: metade não dorme porque está com fome e a outra não dorme porque está com medo dos que estão com fome."  
(Lula, Vale do Ribeira, Dez. de 1995)*

descrita no índice para que os interessados em conhecer os pontos não transcritos aqui possam fazer contato com o IDESC para obtenção do texto integral.

**I – DIAGNÓSTICO REGIONAL  
CONHECER PARA MUDAR A REALIDADE**

**1 – Introdução, caracterização geral e demografia**

A região Vale do Ribeira destaca-se dentro do Estado de São Paulo em função das suas características sociais, econômicas e ambientais. Neste texto entende-se como Vale do Ribeira o conjunto de 15 (quinze) municípios: Registro, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Jujuiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras.

A região definida pela Bacia Hidrográfica é maior, abrangendo ao todo 23 (vinte e três) municípios. Entretanto na prática, as divisões econômicas, política e administrativa, incluindo a dos órgãos do próprio governo do estado, não acompanham ainda este recorte.

Durante as últimas décadas, a região do Vale do Ribeira foi objeto de inúmeros estudos acadêmicos em diversos aspectos do conhecimento da realidade regional: sociológico, antropológico, econômico, agrícola e ambiental. Do mesmo modo, foi palco de diversas iniciativas, planos e projetos governamentais de desenvolvimento regional nas últimas décadas. Entretanto, dada sua fragmentação e descontinuidade não foram capazes de impactar a realidade regional.

A população total, de acordo com o último censo é de 269.083 pessoas, sendo a taxa de urbanização de cerca de 65 %, que demonstra que o processo de urbanização continua se acentuando. No entanto, a taxa de urbanização mostra uma situação atípica, enquanto para o estado de São Paulo está estimada em 93,4 % regionalmente, tem grandes oscilações, pois em Registro é 80, %, enquanto em Sete Barras é 34%. A densidade demográfica média é 21 hab./ Km<sup>2</sup>, mas em Registro atinge 71,1 hab./ Km<sup>2</sup>, enquanto em Iporanga é de apenas 3,6 hab./ Km<sup>2</sup>.

Assim, a região possui 0,72 % da população do Estado de São Paulo e menos ainda de atividade econômica, estimada em 0,22 % do Estado. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, SEADE, enquanto o Valor Adicionado para o Estado de São Paulo totaliza

R\$ 200.916.151.000,00, a região administrativa de Registro contribui com R\$ 449.491.000,00 (dados de 2.000).

Entretanto estudos recentes estão propondo uma revisão do conceito de urbanização que poderá descrever melhor a distribuição da população no espaço territorial, que interferem diretamente nas políticas públicas.

Ao mesmo tempo, nota-se o crescimento das ocupações rurais não agrícolas que geram renda sem o exercício de atividades produtivas, como, por exemplo, caseiros, aposentados, funcionários públicos e comerciantes.

Do ponto de vista político região possui cerca de 180 mil eleitores segundo os dados do TRE de São Paulo o que significa menos de 1% do eleitorado paulista.

## 2 – Qualidade de Vida é Cidadania

Do mesmo modo, a região do Vale do Ribeira apresenta os piores indicadores sociais do Estado. A economia da região é fortemente baseada na agricultura, sendo que a proporção de moradores na zona rural é bem maior que média do Estado de São Paulo. Além da agricultura, o setor de serviços é bastante importante na geração de empregos, destacando-se o comércio e serviços públicos. A economia da região e os investimentos públicos e privados são altamente concentrados em Registro.

Dados de 1980 demonstram o quadro de pobreza e concentração de riquezas. Num total de 46.743 famílias da região, 53,19% obtém uma renda de zero a dois salários mínimos, chegando aos índices de 60% até 73% em alguns municípios. Por outro lado, as famílias que atingem renda familiar acima de cinco salários mínimos representam apenas 16,5% do total. Observando que aí ainda estão incluídos uma pequena parcela da população detentora de grande volume de capital e bens.

Da população economicamente ativa (67.984), somente 46.129 habitantes estão na condição de pessoal ocupado, encontram-se no setor agropecuário, 76,1% que confirma a supremacia sobre a indústria (8,9%), o comércio (8,1%) e de serviços (6,6%). O setor agropecuário absorve aproximadamente 90% a 95% do pessoal ocupado nos municípios de Barra do Turvo, Eldorado, Itariri, Pedro de Toledo e Sete Barras.

A maioria dos municípios tem um IDH baixo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) combina três fatores: **expectativa de vida ao nascer, instrução e nível de renda**, que resultam em um indicador-síntese. Mais próximo de um, maior é o nível de desenvolvimento; mais perto do zero, maior é o atraso.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, a região do Vale do Ribeira é apontada como a região menos desenvolvida do Estado de São Paulo, situação que permanece desde 1970. Abaixo da média do Estado de São Paulo.

**Tabela 3 – Índice de Desenvolvimento Humano de algumas das Regiões de São Paulo (Secretaria do Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, 1996)**

Região Administrativa	1970	1980	1991	1996
Registro	0,431	0,620	0,695	0,713
Ribeirão Preto	0,576	0,740	0,796	0,868
Santos	0,609	0,725	0,787	0,836
Estado de São Paulo	0,710	0,811	0,848	0,868

**Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da Região Administrativa de Registro, Vale do Ribeira e colocação no ranking estadual (Secretaria do Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, 1996)**

Ranking	Município	IMDH
625	Barra do Turvo	0,5476
556	Cajati	0,6838
570	Cananéia	0,6758
579	Eldorado	0,6674
462	Iguape	0,7225
567	Ilha Comprida	0,6790
619	Iporanga	0,5913
600	Itariri	0,6437
412	Jacupiranga	0,7392
474	Juquiá	0,7187
561	Miracatu	0,6820
529	Pariquera-Açu	0,6950
605	Pedro de Toledo	0,6385
178	Registro	0,8358
511	Sete Barras	0,7009
	Estado de São Paulo	0,8680

A educação apresenta vários problemas, agravados com reforma feita pelo governo estadual que fechou várias escolas e propõe a municipalização do ensino. A taxa de analfabetismo na região ainda é maior que a média do Estado. Enquanto a média deste é de 6,64 % a da região é de 11,84 % (2000, SEADE).

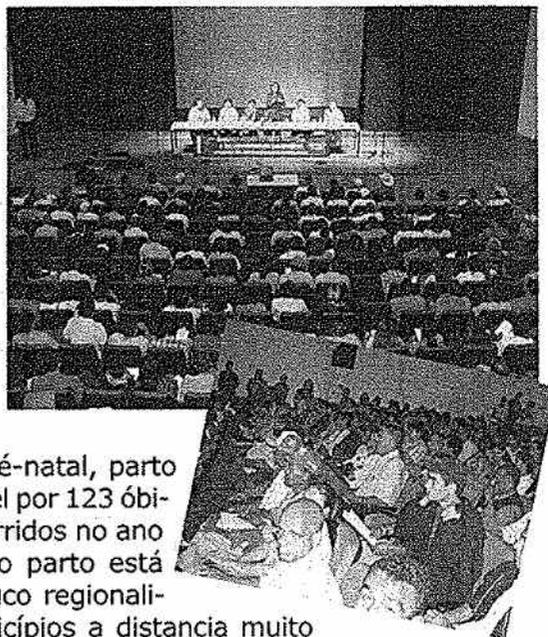
### 3 – A Saúde Pública: Direito de Todos e Dever do Estado

Na área de saúde destaca-se a grande incidência de doenças relacionadas às condições do ambiente (como esquistossomose, leishmaniose, hanseníase e doenças de veiculação hídrica – diarreica e verminoses). A mortalidade ou morbidade por intoxicações por agrotóxicos é também alarmante. A taxa de Mortalidade Infantil do Vale é das maiores de São Paulo.

#### ASSISTÊNCIA MATERNA INFANTIL

A taxa de Mortalidade Infantil na região é uma das maiores de São Paulo onde as condições da assistência materno-infantil são responsáveis pelo maior número dos óbitos. A mortalidade perinatal que é decorrente grandemente do acesso e da qualidade da assistência ao pré-natal, parto e puerpério, foi responsável por 123 óbitos dentre o total 147 ocorridos no ano de 2001. A assistência ao parto está estruturada de forma pouco regionalizada, ficando vários municípios a distâncias muito elevadas das três únicas maternidades em funcionamento. A ausência de casas de gestantes para a população rural agrava o problema das mulheres moradoras de áreas distantes dos centros urbanos e das maternidades regionais, de um lado, e de outro a baixa resolutividade e complexidade dos serviços agravam o problema.

(...)



### 4 – Infra-estrutura: condição básica para o desenvolvimento

A infra-estrutura da região também é pior que o resto de São Paulo. A rede de estradas é centralizada na BR 116, que é um eixo de ligação internacional ("Estrada do Mercosul"), mas que ainda não foi totalmente duplicada, mas está prevista para ser privatizada pelo Governo

Federal. Esta rodovia ainda tem vários problemas, falta de sinalização adequada, conservação, finalização dos acessos aos municípios.

As demais estradas são poucas e ruins. Em especial deve ser salientado o acesso ao planalto partindo de Sete Barras até São Miguel Arcanjo, ainda não asfaltada ou de Iporanga até Apiaí, chegando ao município de Ribeira, que poderiam se transformar em estradas verdes, ou estradas parques, com fluxo controlado, como existem em diversas partes do país e do mundo.

Outro caso são os danos provocados pelas enchentes de 1997 e 1999 e que ainda não recuperados, como o caso da ponte em Eldorado.

O transporte hidroviário é importante na região, como pode ser constatado pelas diversas balsas, operadas pelas prefeituras e pelo governo estadual (DERSA).

O transporte ferroviário, partindo de Santos até Cajati, também foi abandonado, principalmente para o transporte de passageiros.

Destaca-se a precariedade do transporte por ônibus intermunicipais, principal meio de ligação entre as cidades da região e o entorno.

Por fim a opção da industrialização ainda continua uma miragem. A maioria das poucas indústrias na região são ligadas à agricultura e ao atendimento do mercado local. Alguns municípios chegaram a criar Distritos Industriais, que estão ociosos em sua maioria. Apesar disto muitas vezes se tentar explicar este fato como resultado das restrições ambientais, deve-se ressaltar que as regras de controle de poluição industrial para a região são as mesmas do resto do Estado de São Paulo. As fábricas não são instaladas ou não funcionam é por falta de uma política econômica do governo federal e também do estadual.

A competitividade industrial da região não consegue se afirmar em um cenário de guerra fiscal, falta de investimentos na infraestrutura local, na formação de pessoal e principalmente de uma política nacional que não estimula a produção.

O principal exemplo é indústria do chá em Registro e Pariquera, praticamente destruída no início do Plano Real devido à política cambial que inviabilizou suas exportações, principal fonte de renda. Isto representou o último golpe em um setor já comalido e sem uma política de longo prazo.

### 5 – O Meio Ambiente é o alicerce para o desenvolvimento sustentável

Os recursos naturais que caracterizam o Vale do Ribeira ao contrário de se tornarem obstáculo ao crescimento social e econômico,

balizam o processo de desenvolvimento regional na atualidade. Mas infelizmente, a política ambiental é mais uma ação do Estado realizada de forma autoritária e incompleta. Em função disso gera diversos conflitos sociais e não garante a conservação dos recursos naturais.

Hoje, restam somente 5% da área original da Floresta Tropical Atlântica cobria toda a costa brasileira. No Vale do Ribeira, estão concentrados os mais importantes remanescentes de floresta, em área contínua do Ecossistema "Mata Atlântica", de reconhecida importância mundial que varia desde a floresta tropical de altitude aos mangues e restingas.

A região possui o maior índice de cobertura vegetal natural do Estado, onde 1,2 milhão são de nítida vocação florestal. A área restante é apta para o cultivo, mas com bastantes restrições. Os estudos, como o Projeto Olho Verde (através de imagens de satélite, feitos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente), indicam que as matas ocupavam cerca de 62% do território em 1992.

O Vale possui ainda diversas categorias de Unidades de Conservação, que englobam cerca de 70% das terras da região, dos quais cerca de 400 mil hectares são áreas protegidas em Parques e Estações Ecológicas e outros 600 mil são propriedades particulares ou terras devolutas dentro das APAs – Áreas de Proteção Ambiental, que são Unidades de Uso Sustentável.

**Tabela 7** – Unidades de Conservação de Proteção Integral da região do Vale do Ribeira

Unidade de Conservação	Área (ha)
E.E. Chauas	2.700
E.E. Juréia Itatins	79.270
E.E. Xitués	3.095
P.E. Carlos Botelho	37.644
P.E. Ilha do Cardoso	22.500
P.E. Intervales	46.086
P.E. Jurupará	23.900
P.E. Pariquera abaixo	2.359
P.E. Serra do Mar (*)	315.000
P.E. Turístico Alto Ribeira	35.712
TOTAL	568.266

(\*) Apenas uma parte localiza-se na Região do Vale do Ribeira

**Tabela 8** – Áreas de Proteção Ambiental (APA'S) da região

Nome	Área (ha)	Observação
APA Federal	202.832	Perulbe, Iguape e Cananéia
Serra do Mar	442.914	Parte no Vale do Ribeira
Ilha Comprida	19.375	APA Estadual
Total	665.121	

O Levantamento da Vegetação Natural do Vale do Ribeira em 21 municípios do Vale do Ribeira e do Litoral Sul, elaborado pelo DEPRN, com base nas imagens de satélite Landsat de 1988 e de 1994, apresentava a cobertura de mata e de capoeira conforme tabela a seguir. Muito embora a área ocupada por outros usos tenha aumentado de 336.233,8 para 383.000,9 (aumento de 46.767,1 ha) no mesmo período, pode-se afirmar que a ampliação de cobertura de mata e de capoeira de 7,48% no período de 1988 a 1994 representou um expressivo ganho ambiental.

**Tabela 9** – Cobertura Vegetal da Região do Vale do Ribeira (Projeto Olho Verde, DEPRN)

Ano	Mata (ha)	Capoeira (ha)	Total (ha)
1988	778.686,9	77.740,4	856.427,3
1999	839.157,1	81.629,6	920.786,7
Varição 88/94	+ 60.470,2	+ 3.889,2	+ 64.359,4

## 6 – A Produção Agropecuária é a base econômica do Vale do Ribeira

No Vale do Ribeira, os imóveis com área inferior a 50 ha representam 81% do total de propriedades ocupando 20% da área e os com área maior de 500 ha, representam 1,8% do total e ocupam 44% de toda área.

A exploração agrícola é a atividade econômica de maior importância regional como se podem observar os principais produtos agrícolas regionais apresentadas na próxima tabela. Atualmente, o Vale

está na liderança da produção de chá e de banana. Além disso, vem diversificando a sua produção com novas frutíferas e hortícolas de alto rendimento econômico.

Outros produtos característicos são o junco, plantas ornamentais, a piscicultura. A região produz em quantidade relativamente pequena o feijão, (no município de Barra do Turvo), o arroz, o milho, o gengibre e a mandioca. Outros produtos que são bastante característicos mas existem poucas informações estatísticas e econômicas: o arroz moti, introduzido pelos imigrantes japoneses e o palmito. Este é representado principalmente pela juçara, espécie nativa, cuja exploração é em grande maioria clandestina, e também pela pupunha e pelo açaí, espécies recentemente introduzidas na região e que são cultivados.

A produção de bovinos e bubalinos tem tido lento crescimento estimando-se em 67.000 cabeças o rebanho atual. A pecuária é atividade comercial de parcela de grandes e médios agricultores, desenvolvida em sistema extensivo com pouca racionalização na utilização das pastagens. A abertura de pastos é tida como um importante vetor de desmatamentos no Vale.

Mais recentemente, a região sofre os efeitos do declínio da produção do chá, em virtude da renovação tecnológica e mudanças nas políticas de câmbio e, principalmente da produção de banana, em virtude da concorrência com outras regiões produtoras (Minas Gerais e Santa Catarina) o atraso tecnológico no sistema de produção e pós-colheita e também em consequência das grandes enchentes que se abateram sobre a região nos últimos anos quatro anos.

A maior parte dos produtores rurais é representada pelos pequenos agricultores, que residem em regiões mais distantes dos centros urbanos e geralmente se agrupam em bairros rurais. Além disso, significativa parcela é constituída por posseiros, não possuindo a propriedade definitiva das terras, apesar das várias tentativas oficiais para solucionar a questão. Têm pouco acesso aos serviços básicos como: saneamento, assistência médica, estradas, transportes, eletrificação rural. A falta do título da terra também dificulta o acesso ao licenciamento ambiental, tornado a grande maioria dos posseiros infratores potenciais da legislação florestal.

**Tabela 10** – Principais produtos agrícolas da região do Ribeira, percentual no Estado de São Paulo e principais municípios produtores

Produto	Principais Municípios Produtores	Participação no Estado
Banana	Cajati: 5.320 ha, Sete Barras: 5.200 ha, Juquiá: 3.700 ha, Registro: 3.600 ha	89% da área
Chá	Registro, Parquera-Açu	94% da área
Maracujá		19% da área
Mexerica	Parquera-Açu: 400.000 pés, Registro: 80.000 pés, Cajati: 50 mil pés Eldorado: 41 mil pés.	70% dos pés
Tomate	Apiá: 1.200 ha, Barra do Turvo: 500 ha Itaoca: 150 ha	16% da área
Chuchu	Iguape	26% da área
Quiabo	Apiá 100 ha.	95% da área

**Tabela 11** – Distribuição de terras do Vale do Ribeira por Unidade de Produção Agrícola, por hectare (LUPA/CATI, 1995)

Tamanho	N. Propriedades	Percentual
0,1 a 100 ha	5530	88,40%
100 a 2.000 ha	795	11,32%
Acima de 2.000 ha	18	0,29%

### 7 – A questão fundiária é problema estrutural não resolvido

A região do Vale do Ribeira historicamente apresenta problemas na definição dos direitos de propriedade das terras. Desde a Lei de Terras de 1850 e depois com a institucionalização republicana, o reconhecimento da propriedade da terra exigia a escritura da mesma. É necessário um contrato entre o Estado e o possuidor, o Registro de Propriedade. Na região somente poucos fazendeiros tinham acesso a tal documento. Imigrantes, em especial japoneses e poloneses, receberam títulos através de companhias colonizadoras que ali atuaram na região principalmente no início do século XX. A grande maioria dos moradores, caiçaras, quilombolas e caipiras, fica, portanto

na condição de posseiro, em situação muitas vezes subordinada ao latifundiário ou ao pequeno agricultor imigrante. A decadência econômica da região acentuou-se nesta época. Atualmente é tida como área de atuação prioritária pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), órgão do Governo Estadual encarregado da política fundiária.

As várias Constituições republicanas deram aos Estados a atribuição de gerir as terras devolutas, ou seja, sem título de domínio. Iniciam-se então os procedimentos para discriminação destas terras, ou seja, a identificação de sua localização, de seus ocupantes e da respectiva documentação. Com isto o Governo Estadual propõe ações judiciais para separar as terras públicas das particulares. As regiões onde ocorrem estes trabalhos são divididas em porções denominados Perímetros. As áreas julgadas públicas (ou devolutas) são então destinadas conforme critérios da Administração Pública Estadual. Uma destinação pode ser a titulação de posseiros que nelas residam, através dos procedimentos de regularização fundiária. Para tanto o posseiro, sempre pessoa física, deve ali ter posse efetiva, não possuir outro imóvel e o total titulado deve ser menor que cem hectares.

Outra destinação para as terras devolutas, mais comum recentemente, é a constituição de Unidades de Conservação ambientais. No caso da área em questão situar-se em Parques ou Estações Ecológicas (ou na Zona da Vida Silvestre da APA da Serra do Mar, conforme artigo 3º do Decreto nº 22.717 de 21/09/84) a titulação não é concedida, devendo as terras ser então destinadas à proteção ambiental.

Em São Paulo os procedimentos eram atribuição inicialmente de juizes comissários, depois da Secretaria da Agricultura e após 1939 da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. No Vale do Ribeira as ações começaram a ser propostas nos anos 1930, mas o Estado não levou ao fim a maioria delas. Foram feitas iniciativas de regularização fundiária através da ATRA (Assessoria Técnica de Revisão Agrária), principalmente em áreas de antigas companhias colonizadoras. Mas, a partir dos anos 60, foi perdido o controle destas áreas. Muitos ocupantes pagaram ao Estado pelas áreas e não receberam seus títulos. A situação é bastante confusa e conflituosa, sendo que o próprio ITESP entende ser necessária nova avaliação para se definir a atuação necessária.

Diversos estudos sobre o Ribeira apontam a coexistência de formas arcaicas e modernas de agricultura e a intensificação de processo de incorporação de terras por empresários, visando a

introdução de lavouras em bases tecnificadas ou pastagens, bem como a especulação, ligada às perspectivas reforçadas pela construção da Rodovia BR-116, no início dos anos 60. Estes processos estão presentes ainda hoje. A propriedade da terra com a finalidade de especulação e de reserva de valor pode ser relacionada com o grande número de propriedades em nome de pessoas jurídicas, com pouco ou nenhum uso da terra e absenteísmo dos proprietários.

Também se inserem nos processos de regularização fundiária as terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, conforme o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição e seguindo os procedimentos da Lei Estadual nº 9.757/97. Este é um processo que merece destaque, com a expressiva organização de algumas comunidades tem conseguido avanços significativos, nas questões fundiária e ambiental. De um modo geral os avanços são insuficientes, como pode ser observado nas tabelas a seguir.

**Tabela 13** – Situação dominial das terras, Vale do Ribeira – 1998

Classificação	Área (ha)	%
Devolutas	135.800	9
Plano de legitimação por iniciar	18.300	1
Áreas remanescentes	105.500	7
Terras de quilombos	12.000	1
Tituladas pela ATRA	218.000	15
Não discriminadas	604.000	40
Ação em andamento	170.000	11
Ação não iniciada	434.000	29
Particulares	542.200	36
Legitimadas	230.000	15
Julgadas particulares	312.200	21
Total	1.500.000	100

Fonte: ITESP, 1998

**Tabela 14** – Títulos expedidos, Vale do Ribeira período 1991/1998.

Ano	Rural		Urbano		Total	
	Nº títulos	Área	Nº títulos	Área	Nº títulos	Área
1991	281	3130	150	6	431	3136
1992	37	2068	256	24	293	2092
1993	168	2862	0	0	168	2862
1994	657	5231	0	0	657	5231
1995	0	0	1424	51	1424	51
1996	202	5323	2068	102	2270	5425
1997	9	227	0	0	9	227
1998	0	0	1115	19	1115	19
Total	1354	18841	5013	202	6367	19043
% do total	21,27	98,94	78,73	1,06	100	100

Fonte: ITESP, 1998

Os dados acima ilustram as dificuldades fundiárias na região. O ritmo da regularização continua lento e muito aquém do necessário. Isto se deve principalmente às várias discontinuidades administrativas, seja nos trabalhos de discriminação, na propositura e desenrolar das ações judiciais e nos processos de legitimação de posses. Devido à falta de recursos o ITESP recentemente tem adotado a prática de fazer convênios com as Prefeituras para regularização de áreas urbanas e deixando em segundo plano as áreas rurais.

Este quadro de indefinição e insegurança dominial implica em problemas como:

- » favorece a ocorrência de conflitos quanto à posse das terras;
- » desestimula investimentos e dificulta o crédito;
- » prejudica a produção agrícola;
- » prejudica o licenciamento ambiental dos posseiros, que depende da apresentação da escritura;
- » permite a ocorrência de ações muitas vezes fraudulentas de desapropriações indiretas em área de Unidades de Con-

*servação, sendo que em vários casos o Estado é condenado a pagar (e caro) por terras que já eram suas.*

Em particular no caso das Comunidades de Remanescentes de Quilombo, segundo a Equipe de Articulação das Comunidades Negras da Diocese de Registro, em 1996, existem 51 comunidades quilombolas, entre as já identificadas como tal e as prováveis (passíveis de comprovação) na região do Vale do Ribeira, distribuídas em 10 municípios. Segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, 19 comunidades quilombolas perfazendo área total de 42.305,93 há, com população estimada em 713 famílias estão em processo de análise.

## II – OS NOSSOS PRINCÍPIOS

A nossa proposta de desenvolvimento regional sustentável deve respeitar os limites impostos pela natureza, basear-se na melhoria constante da qualidade de vida da maioria da população e apresentar propostas concretas de alternativas para o crescimento da economia regional. A construção da Sociedade Sustentável que desejamos deve:

**GARANTIR O FUTURO:** As gerações futuras merecem e têm o direito as mesmas oportunidades de desfrutar os recursos naturais de que dispõem, hoje, as populações que vivem nessas áreas. Ao mesmo tempo deve ser garantido o direito de todos a uma boa qualidade vida já.

**COMBATER A POBREZA:** Há uma estreita relação entre pobreza e destruição dos recursos naturais. Ambiente saudável e qualidade de vida é a tradução concreta da proposta de uma sociedade sustentável.

**INTEGRAR A POLÍTICA AMBIENTAL ÀS DEMAIS POLÍTICAS SETORIAIS:** Não existe uma política ecológica por si mesma. A ação do poder público deve-se manifestar em todas as ações do Governo, seja na garantia de que as relações sociais, econômicas e políticas da região, no sentido de melhorar as condições de vida, especialmente dos setores menos favorecidos.

**DEMOCRATIZAR A PARTICIPAÇÃO:** É preciso contar, necessariamente, com a participação das pessoas do local tanto no momento de planejamento quanto na sua implantação. O lema é pensar globalmente mas agir localmente, pressupõe um conjunto de ações integradas (não isoladas) e positivas por parte do poder público e da sociedade civil, em todos os níveis e setores.

### III – O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O planejamento do desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, requer a formulação e a implementação de um planejamento estratégico em quatro dimensões: a ação emergencial, a ação estrutural, a recuperação das políticas públicas e o fomento ao crescimento econômico.

O planejamento estratégico, dimensionado no tempo pressupões que as ações sejam de curto prazo (plano emergencial), de médio prazo (as políticas públicas e estruturais) e de longo prazo (o fomento ao crescimento econômico). E do mesmo modo, devem ser desencadeadas de modo simultâneo, pois se pode observar uma clara interdependência entre as dimensões das ações propostas.

#### DIMENSÃO I – PLANO EMERGENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

A dimensão do planejamento, com base no diagnóstico regional, impõe uma ação imediata para combater a pobreza para reverter positivamente à realidade socioeconômica do Vale do Ribeira. Aqui reunimos as ações e projetos que deverão ser desenvolvidos para gerar emprego e renda na região.

Projetos de fomento a produção de subsistência e segurança alimentar

Cerca de 40% da população vive na área rural e são considerados pequenos produtores familiares. O projeto visa dar das condições mínimas: sementes, mudas, matrizes, preparo de solo, assistência técnica para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e pequenos animais visando aumentar a produção de alimentos básicos de subsistência.

Projeto de geração de oportunidades de emprego

Implantar projetos de criação de oportunidades de emprego: Frentes de trabalho; Projeto Primeiro Emprego para jovens; Projeto Começar de Novo para maiores de 45 anos e Projetos de capacitação e reciclagem profissional.

Projeto de Renda Mínima Ambiental

Vinculado às atividades de preservação ambiental, de modo a compensar as perdas de oportunidades de trabalho decorrentes das restrições de determinadas atividades econômicas realizadas por

populações que vivem em Parques e Reservas ou que venham a ser assentadas em seus entornos.

Projeto de Incubadora de Pequenos Negócios

Visando fornecer o local e a infra-estrutura básica visando à criação de negócios, estimulando a formação e capacitação profissional, estimulando o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo.

#### DIMENSÃO II – PLANO DE AÇÃO ESTRUTURANTE

A dimensão do planejamento estratégico, com base na análise regional, demonstra a clara necessidade da implantação de ações de caráter estruturante, visando romper os obstáculos históricos que cerceiam o crescimento econômico regional.

Programa de Regularização Fundiária

Não existe qualquer explicação plausível para os resultados alcançados até o momento pelo Governo do Estado para a Regularização Fundiária, nos últimos 20 anos. Deve-se destacar que houve uma mudança de prioridade das ações, agora voltadas para a titulação urbana. Por isso, é fundamental priorizar a regularização fundiária, pois não há nenhuma dificuldade – salvo a resistência de alguns grandes posseiros ilegítimos – para que o Governo Estadual retome a execução desse programa (que está pronto e acabado na Procuradoria Geral do Estado) e faça com que ele seja concluído dentro do termo do seu mandato.

Enquanto não for regularizada a situação dos posseiros da região, todo e qualquer empreendimento de desenvolvimento econômico público ou privado que vier a ser executado no Vale significará o empobrecimento de milhares de pessoas.

#### O Macrozoneamento Socioambiental

Esse programa consiste em estabelecer os usos possíveis dos recursos naturais da região, a partir dos dados fornecidos pelos levantamentos de recursos naturais. Os estudos e levantamentos estão concluídos, e a lei ainda não foi regulamentada, por falta de iniciativa política do Governo Estadual.

Sem esse ordenamento territorial, não haverá como evitar conflitos entre atividades economicamente interessantes, provocados exclusivamente pela inadequada localização dos empreendimentos.

### **DIMENSÃO III – RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E A REFORMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Texto consta na versão original

### **DIMENSÃO IV – ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL**

O **NOSSO COMPROMISSO**: GERAR RIQUEZAS COM INCLUSÃO SOCIAL, ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA:

A longo prazo é necessário garantir investimentos em atividades econômicas, dentro da realidade regional e dos limites ambientais por isso é preciso definir estrategicamente quais as áreas serão consideradas prioritárias para orientar os investimentos e as políticas públicas.

De imediato torna-se necessário orientar os fundos públicos estaduais e federais para priorizar as áreas prioritárias definidas. Principalmente o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, o Banco do Povo, o Fundo de Expansão da Agropecuária, a compensação financeira, o PRONAF entre outros.

As áreas definidas a seguir foram definidas como prioritárias: Agricultura Familiar; Agroindústria, o Manejo Sustentável de Recursos Naturais, o Turismo- ecoturismo e agro-turismo, o Setor de Serviços, a Indústria e a Universidade Pública.

O objetivo fundamental é relacionar o reflexo da dinamização da agricultura, universidade, turismo e mesmo o incentivo à implantação de indústrias que podem gerar oportunidades de emprego e renda de modo contínuo e sustentável ao longo do tempo, rompendo com o ciclo de estagnação econômica e social que perdura na região há pelo menos 40 anos.

#### **AGRICULTURA FAMILIAR É PRIORIDADE**

Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar na região do Vale do Ribeira é investir num eixo central de desenvolvimento social com inclusão e deve ser prioridade de governo.

O diagnóstico regional demonstra o grande número de pequenos agricultores, caracterizados como agricultores familiares. A criação do SINTRAVALÉ – Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira – em 2000 demonstra a força da organização desta categoria.

É possível elencar um conjunto de ações de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar na região do Vale do Ribeira, principalmente com recursos financeiros voltados para a pesquisa científica na ótica da tecnologia apropriada, como por exemplo, a implantação de Sistemas Agroflorestais, Agricultura Orgânica, Manejo Sustentável de Recursos Naturais, a agroindústria artesanal ou de pequeno porte, dentre outros.

Outro aspecto é a comercialização da produção com a implantação de um entreposto regional do CEAGESP e a implantação de projetos de comércio solidário com as regiões metropolitanas do Estado.

A infra-estrutura de apoio com a abertura e a conservação das estradas rurais, pontes e balsas é fundamental para apoiar o fortalecimento da agricultura familiar.

As mudanças na legislação ambiental, principalmente visando à resolução de conflitos com os Moradores em Unidades de Conservação e a criação do serviço de extensão rural florestal são fundamentais para facilitar o acesso dos agricultores familiares às licenças ambientais.

Por último, a criação de mecanismos para facilitar o acesso às linhas de crédito existentes e a regularização fundiária são ações de governo imprescindíveis para fortalecer a agricultura familiar.

Alternativas econômicas no campo do agroturismo sustentável são possibilidades viáveis em uma ação de governo que se proponha dinamizadora e estruturante de ações alternativas para o setor.

Grupos específicos na categoria da agricultura familiar como os moradores de comunidades remanescentes de Quilombos, os Moradores de Áreas de Conservação Ambiental, os caiçaras dentre outros significa adotar a política aqui descrita atentando-se para as particularidades de cada grupo tais: característica cultural, legislação específica no caso da titulação das terras dos quilombolas assegurados pela Constituição Federal, práticas agrícolas e de pesca historicamente determinadas etc.

A pesca artesanal, demandas específicas de uma população excluída.

As populações caiçaras estão intimamente vinculadas ao patrimônio ambiental, cultural e econômico para o Vale do Ribeira e Litoral Sul. Por isso é imprescindível voltar atenção para as demandas específicas desta população.

Entre as principais propostas é viabilizar a continuidade dos estudos, com a participação das entidades de classes e seus filiados,

para elaboração de legislação adequada sobre o período do defeso e ao mesmo tempo ampliar o programa de renda mínima para os pescadores neste período.

Viabilizar a implantação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, nos casos concretos da Juréia e de Mandira.

Combater a pesca predatória, hoje intensificada pelo uso "Arrasto" e pela "parelha"; através da intensificação da fiscalização e do controle. Outra proposição é a implantação da sinalização da Barra de Cananéia.

Apoiar e ampliar as experiências de Associativismo e Cooperativismo, junto às comunidades de pescadores, como no caso concreto da COOPEROSTRA.

### **INVESTIR NA AGRICULTURA E NA AGROINDÚSTRIA**

A região do Vale do Ribeira tem sua economia baseada nas atividades agrícolas, por isso investir nas cadeias produtivas da banana, do chá e da pecuária, assim como incentivar alternativas econômicas como plantas ornamentais, piscicultura, manejo e criação de animais silvestres, dentre outros projetos agropecuários significam dinamizar a economia regional e criar novas oportunidades de negócios e empregos.

A produtividade e qualidade da fruta recuperando o destaque que a região já teve na produção e comercialização da banana requer de urgente a implantação de uma política agrícola que recupere a dimensão da pesquisa, extensão e financiamentos agrícola.

As ações prioritárias devem ser voltadas para a pesquisa científica, através de investimentos nas bases dos Institutos de Pesquisa existentes na região (Instituto Agrônomo, Instituto de Pesca, Instituto de Zootecnia e Instituto Biológico), além da proposta de implantação do Instituto de Pesquisas da Biodiversidade.

O estudo das cadeias produtivas existentes na região são fundamentais para identificar os principais agentes econômicos, suas fragilidades e fortalezas e os principais pontos de estrangulamento para romper o ciclo de estagnação das atividades econômicas na região do Vale do Ribeira.

#### **A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E AS POSSIBILIDADES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL**

Esse projeto deve combinar atividades educativas com atividades econômicas, de modo a reduzir a coerção policial e aumentar o diálogo e a co-responsabilidade entre governo e população local, no processo de proteção ambiental.

Os recursos naturais com maior potencial de uso econômico é o palmito jussara, o jacatirão, a caixeta e outras espécies utilizadas nas atividades de artesanato, de confecção de ornamentos florais, bem como a coleta de plantas medicinais, a extração de madeiras mortas, mudas de árvores nativas e outras atividades de manejo florestal pode fornecer a base de atividades econômicas a serem realizadas na zona rural, inclusive no interior de algumas Unidades de Conservação, por grupos comunitários, sem nenhum prejuízo para a efetividade das medidas protecionistas.

Para tanto seria necessário fomentar e proporcionar assistência técnica para o manejo sustentado desses recursos. Isto demonstrará na prática, que a preservação do meio onde as pessoas vivem é compatível com o uso econômico dos recursos. A realização dessas atividades mediante projetos comunitários, tecnicamente orientados, evitará os riscos do simples extrativismo.

Ampliar as experiências de Manejo Florestal de espécies da Mata Atlântica torna concreta a conciliação entre a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico-social. O manejo de plantas nativas com potencial medicinal é um mecanismo viável para o fornecimento de insumos para a indústria farmacêutica e de cosméticos. Estes processos ainda são pouco desenvolvidos, dado a insuficiência da pesquisa para a elaboração dos métodos e meios do manejo de cada espécie e, conseqüentemente para a regulamentação de sua exploração. Assim deverá ser incentivada a pesquisa aplicada e aperfeiçoados o licenciamento e a fiscalização.

Propõe-se para enfrentar os conflitos decorrentes da presença de moradores em Parques e Reservas da região instrumentos da já previstos na legislação (como o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação), a começar pela revisão dos seus limites e de suas categorias. Assim, devem ser valorizadas Unidades como APAs e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, além dos Parques e Estações Ecológicas. É fundamental a ampliação dos mecanismos de gestão participativa, com conselhos envolvendo moradores, ambientalistas, pesquisadores e órgãos públicos. Também é preciso avançar na regularização fundiárias destas Unidades, com a revisão das desapropriações, que são muitas vezes supervalorizadas. A combinação de vários tipos de Unidades de Conservação, compondo um verdadeiro mosaico, e sendo administradas de forma ao mesmo tempo dinâmica, firme e democrática, garantirá tanto a preservação da biodiversidade quanto os direitos das populações.

Além disso, devem-se incluir as atividades de educação ambiental, formais e não formais em conjunto com a Secretaria da Educação e as Prefeituras da região.

### **O TURISMO REGIONAL**

A indústria do Turismo é uma das que mais cresce no mundo e, ao mesmo tempo em que geram muitos empregos além de proporcionar o surgimento de inúmeros pequenos negócios. A região possui inúmeros recursos naturais que tornam propício o desenvolvimento do Ecoturismo (praias, cavernas, cachoeiras, rios e florestas). Do mesmo modo, possui cidades históricas (Cananéia, Iguape e Iporanga) onde pode ser desenvolvido o turismo histórico. Assim como, a presença de inúmeras culturas (indígenas, caiçaras, quilombolas, japoneses) permite a implantação de projetos turísticos culturais, de forma que respeite as comunidades. E finalmente, a forte presença da agricultura familiar que permite a implantação de projeto de Agroturismo.

Propõe-se a criação de uma Agência Regional de Desenvolvimento Turístico, para dinamizar, estruturar e financiar estas ações na região.

### **A UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Este tema já foi apresentado na temática de políticas públicas, mas cabe aqui destacar que a presença da Universidade Pública possibilita os investimentos em Pesquisa para a geração de novas tecnologias e a formação de recursos humanos qualificados.

A universidade através da Pesquisa deverá ser aliada imprescindível na estratégia de, a partir de nossa enorme riqueza ambiental criar bases para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A consolidação deste quadro significa a possibilidade de atrair investimentos privados e novos negócios para a região no âmbito do projeto de desenvolvimento sustentável regional.

### **O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA**

A criação do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (FDVR) e a destinação de recursos no orçamento de 2002, não garantem os mecanismos necessários para financiar o processo de desenvolvimento regional de modo regular, sistemático e de longo

prazo. Por isso é necessário destinar recursos suficientes e regulares para tornar viável todo o processo. Ao mesmo tempo em que é necessário a redefinição dos objetivos do FDVR e ampliar o controle social sobre a aplicação destes recursos.

Além disso, deve-se considerar o mesmo raciocínio para outras linhas de financiamento e de crédito existentes para a região do Vale do Ribeira.

### **O CONTROLE DE CHEIAS NÃO DEPENDE DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE**

A Discussão decorre do Projeto da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, e do Governo, através da antiga CESP, de construção de quatro hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape. Por isso o debate na região enfrenta falsas premissas defendidas por agentes governamentais e da CBA através das quais defendem o desenvolvimento regional decorrente destes grandes empreendimentos e igualmente o controle de cheias como sendo possível através destes represamentos do rio através da hidrelétrica.

Dentre as principais causas da ação humana estão a ocupação ilegal e descontrolada das margens do rio para a atividade agrícola. O desmatamento, a construção de diques e polderes, a urbanização e a impermeabilização dos solos que vieram agravar ainda mais a condição natural do rio.

A enchente de 1997, a pior dos últimos 50 anos, o rio Ribeira subiu 14,5m na cidade de Eldorado, amais prejudicada pelas chuvas. A inundação atingiu 40% da área total plantada com banana em 8 municípios da região.

A crista da barragem estará 13m acima de seu nível operacional. Dez metros serão destinados ao armazenamento de água para o controle de cheias. Com isto o reservatório terá um volume de espera capaz de reter até 480 milhões de m<sup>3</sup>. Com estas características ela será capaz de minimizar 30 a 35% os efeitos de uma cheia como a de 1997.

O estudo de partição da CESP, no entanto é claro ao afirmar que somente a construção de quatro barragens no Ribeira, poderia controlar efetivamente as cheias. O estudo afirma que mesmo com todas as barragens em operação não será possível controlar completamente cheias como a de 1981, que apesar de ter sido menos intensa que a de 1997, teve maior duração e volume.

Ao se analisar o impacto observa-se que dentre as sete comunidades de remanescentes de quilombo, em fase final de reconhecimento como quilombolas seis delas serão profundamente impactadas com construção das hidrelétricas.

O projeto Vale do Ribeira Sustentável apresenta para o controle de cheias do rio Ribeira as seguintes propostas:

1. Reviver o rio Ribeira: é preciso antes mais nada recompor com urgência Mata Ciliar do Rio, desde a sua nascente, como prevê a Lei. Estimular práticas conservacionistas na agricultura. Avaliar a acompanhar as atividades econômicas que contribuem com o desassoreamento do rio.

2. O Replanejamento Urbano: foi a cidade quem invadiu o lugar da água. Por isso a solução definitiva é a realocação e reurbanização das áreas inundáveis. Nenhum município na região tem Plano Diretor, conforme prevê a Constituição ou desconsideram a Lei 6766/79 que proíbe o parcelamento urbano em áreas inundáveis.

3. O Planejamento Institucional: não existe planejamento integrado e uma ação continuada de governo. Há falta de entrosamento entre os órgãos e as esferas de governo estadual e municipal. Deve-se estruturar a Defesa Civil ampliar o sistema de Monitoramento e de alerta. O maior exemplo da falta de continuidade das políticas de governo é o Zoneamento Ecológico e Ambiental do Vale do Ribeira, que há dez se arrasta e até agora não foi regulamentado.

4. Adequar a Produção Agrícola através da pesquisa e da diversificação de culturas, com alternativas para diminuir o risco de perdas. Enfim, buscar a convivência com as inundações periódicas. A região possui cinco estações de pesquisa e competência técnica para tanto. Além disso, outras ações como a regularização fundiária para uma adequada ocupação das terras.

5. O Programa Especial para Bananicultura: é a principal cultura para a economia regional e a mais afetada pelas inundações. As plantações afetadas ocupam a área de preservação permanente, deveriam estar preservadas que de acordo com o Código Florestal. Propõe-se a pesquisa de novos modelos tecnológicos de produção, variedades mais produtivas e mais resistentes. E principalmente subsídios públicos, como por exemplo, através de um seguro contra catástrofes.

6. Readequar a infra-estrutura viária: as vias de acesso são verdadeiros diques. É preciso garantir uma drenagem adequada, como pontes secas, proteção dos taludes e controle da erosão.

7. Aproveitamento do Gasoduto Brasil Bolívia: que vai cortar a região, passando por Sorocaba, Itapetininga, Capão Bonito e Itape-

va e poderá significar uma profunda alteração no quadro de industrialização regional com a oferta de energia para as indústrias, de baixo custo. A questão é por que não utilizar o gás natural para o aproveitamento industrial uma vez que a construção já está em andamento.

8. Democratização e participação nas decisões: O funcionamento do comitê de bacia deve ser aperfeiçoado cada vez mais. Deve-se garantir, por exemplo, paridade na representação da sociedade e do Poder Público. Devem-se garantir condições mínimas de participação para os representantes da sociedade civil, com no mínimo transporte e refeição. E principalmente deve-se estabelecer novas formas de tomada de decisão, através de negociação e de consenso entre as partes. A velha forma de maioria versus minoria já está superada e já provou que não funciona. Principalmente por que atende principalmente aos interesses do poder econômico e político vigente.

#### IV – SÍNTESE DAS PROPOSTAS DO PROJETO VALE DO RIBEIRA SUSTENTÁVEL

Neste item são relacionadas às propostas do PT e do Instituto da Cidadania para o Vale, em especial as feitas a partir da Caravana da Cidadania. Elas são listadas conforme as diretrizes para o plano de Governo do PT para São Paulo, definidas no Encontro Estadual do PT em 2001.

Assim as propostas para um Vale do Ribeira Sustentável são integradas ao Programa de Governo do PT 2002.

##### 1 – O desenvolvimento como instrumento de remoção das privações humanas

- Programa emergencial de combate ao desemprego
- Implantar projetos alternativos de subsistência e renda
- Facilitar o acesso ao Banco do Povo
- Apoio à Agricultura Familiar
- Facilitar acesso ao crédito
- Apoiar setor de serviços e agroindústrias
- Apoiar a pequena e média empresa
- Implantar programa de Renda Mínima Urbano e Rural
- Ampliar e facilitar os fundos para as iniciativas empresariais e comunitárias (PRONAF, FEAPE, FUNDESVAR etc.)

## 2 – Um Modelo de Desenvolvimento que enfrente o desemprego, as discriminações e preconceitos

- Reconhecer os direitos das comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, agricultores e índios
- Garantir o acesso à terra para comunidades tradicionais, bem como o modo de fazer e viver.

## 3 – Uma concepção de desenvolvimento que articule e potencialize as vocações econômicas regionais

- Estimular a agricultura, principalmente a cadeia produtiva do chá e da banana
- Valorizar os produtos regionais, através de programa de certificação de origem
- Incentivar o turismo, com a implantação de uma agência de fomento
- Apoio técnico e crédito a micro e a pequena empresa que representam mais de 90 % da economia regional

## 4 – O desenvolvimento com mecanismos adequados de financiamento e fomento

- Regulamentação de mecanismos de redistribuição de renda (Compensação Financeira por questões ambientais)
- Ampliar e facilitar o acesso ao Banco do Povo
- Implantar Fundo de Financiamento para a Agricultura Familiar

## 6 – Reforma agrária e apoio à agricultura

- Programa de regularização fundiária priorizando a área rural
- Implantar as propostas da Agenda Rural
- Desenvolver programa de apoio à comercialização da produção (CEASA do Vale do Ribeira).

## 8 – Um desenvolvimento sustentável

- Usar recursos da Compensação Financeira Ambiental em projetos de base comunitária
- Levantamento das potencialidades naturais e Zoneamento Ambiental

- Projetos de Manejo Sustentável e Educação Ambiental
- Criar conselhos de moradores de áreas protegidas pela legislação ambiental

## 9 – Modernizar a economia de São Paulo e investir em conhecimento

- Investir recursos humanos, financeiros nas bases de pesquisa regionais
- Criar instituto de pesquisa na área florestal e da biodiversidade

## 11 – O Estado como garantidor de bens e serviços essenciais e universais

### Transporte:

- Conclusão da duplicação da BR-116;
- Melhorar a qualidade das estradas vicinais;
- Pavimentação das estradas Sete Barras / São Miguel e Iporanga / Apiaí dentro do conceito de estrada ecológica;
- Retomar a ferrovia Santos Cajati;
- Melhorar rede de apoio como balsas e pontes;
- Melhorar a fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal.

### Saúde:

- Aumentar o custeio do Estado, ampliar serviços de maior complexidade, recuperação dos Postos de Atendimento Rurais e ampliação do saneamento urbano e rural.
- No campo da assistência à saúde deverá ser garantido acesso a toda a população das ações de assistência – diagnóstico, tratamento e reabilitação – de prevenção e promoção, com qualidade, resolubilidade, humanização e controle social.

**Segurança:** priorizar as ações preventivas e educacionais em relação ao meio ambiente; ampliar a atuação da polícia comunitária; ampliar programas de prevenção do uso de drogas.

**Habitação:** criação de programas alternativos de moradia (mutirão, loteamentos populares), priorizar moradores de áreas sujeitas às enchentes.

**Combate às enchentes:** planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios. Os projetos de barragens existentes não controlam as enchentes.

### 13 – Um novo modelo de educação

- Revisar o processo de reforma da educação, principalmente a municipalização
- Reabertura e ampliação da rede de escolas rurais, inclusive com formação técnica
- Implantar escolas técnicas profissionalizante e cursos de qualificação profissional
- Criação da Universidade Pública e Gratuita no Vale do Ribeira

### 21 – Um governo que incorpore a democracia participativa

- Orçamento Participativo
- Reconhecer e fortalecer os Conselhos Municipais e Regionais

### 25 – Um governo integrado e unitário

- Planejamento e ação integrada e global do Governo
- Criação de uma agência de desenvolvimento regional

## TEXTO BASE 2

### CARTA DE REGISTRO

#### SÍNTESE DO ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR

**SINTRAVALE** – *Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul.*

Reunidos na cidade de Registro nos dias 17, 18 e 19 de julho de 2003, no Encontro dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira – “Alimento... Dom de Deus. Direito de Todos”, com a participação de 700 agricultores e agricultoras originários de centenas de comunidades dos 19 municípios da região, debatemos os problemas a que somos submetidos decorrentes da ausência de políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social e geradora de cidadania na sua mais plena finalidade.

Frente a este quadro de pobreza em que comunidades inteiras são privadas de saneamento básico, saúde, educação, direito de uso do solo e das riquezas naturais, de renda, lazer, e de participação nas decisões de seus interesses; Fizemos de nossa indignação elemento aglutinador de nossas forças e elencamos ações afirmativas e propomos parcerias aos diversos órgãos de governo nas resoluções das questões que seguem:

#### LEGISLAÇÃO E DIREITO – Moradores em UCs e Questão

**Ambiental:** 1. Criação e funcionamento democrático de Conselhos de Gestão Participativa em todas UCs do Vale do Ribeira e Litoral Sul; 2. Atendimento emergencial das demandas dos agricultores familiares nas Unidades de Conservação referente às autorizações de roças, manutenção das estradas vicinais e acessos a rodovias, moradias e escolas; 3. Isenção da taxa de análise ambiental, cobrada pela Secretaria de Meio Ambiente – SMA-SP, para a agricultura familiar e para manejo das florestas; e 4. Organização dos agricultores através do Sindicato, para os processos coletivos de licenciamento.

**Regularização Fundiária, Barragens e Etnia:** 1. Construção de agenda prioritária com o INCRA e a SMA-SP, sobre estratégias de regularização fundiária para o Vale do Ribeira; 2. Estabelecimento de linha de crédito especial (modelo PRONAF B) para os agricultores familiares sem título da terra; 3. Garantia de infra-estrutura pública nas áreas sem regularização; Suspensão de eventuais projetos de

construção de barragens no rio Ribeira de Iguape; 5. Titulação urgente das áreas de quilombos; e 6. Demarcação das terras de comunidades indígenas na região.

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA – Assistência Técnica e Monitoria Ambiental:** 1. Criação do Programa Agrônomo da Família; 2. Criação de mecanismos de fortalecimento da capacitação de agricultor para agricultor; e 3. Reconhecimento oficial dos monitores ambientais.

**GÊNERO E GERAÇÃO – Mulheres e Renda, Jovens e Emprego:** 1. Conhecimento e acesso às novas linhas de crédito específicas para jovens e mulheres; e 2. Reativação das escolas comunitárias (UEACs).

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL – Estrutura Sindical, Cooperativismo e Associativismo:** 1. Fortalecimento do SINTRAVALÉ através da organização de Subsedes nos 19 municípios da base de representação; 2. Motivação, capacitação e organização dos agricultores familiares para o cooperativismo, inclusive para a criação de cooperativas de crédito.

**POLÍTICAS PÚBLICAS – Saúde, Previdência, educação, Conselhos e Tributação:** 1. Funcionamento de CMDRs ativos e com participação assegurada dos agricultores familiares; 2. Reconhecimento do SINTRAVALÉ como representante dos agricultores familiares na região, nos processos junto à previdência social e demais órgãos de governo nas instâncias federais e estaduais; 3. Criação de Postos Municipais de Atendimento do INSS; 4. Custeio da confecção do talonário de notas aos agricultores; 5. Regulamentação do Art. 200 da Constituição Federal, referente à compensação pelas áreas de preservação; 6. Participação dos agricultores na revisão da regulamentação do FUNDESVAR; 7. Revisão da Lei Estadual sobre ICMS Verde com controle social; 8. Melhoria da qualidade das escolas nas comunidades com currículo voltado à realidade rural regional; 9. Capacitação de professores e técnicos, envolvendo-os com a comunidade sendo avaliados por ela periodicamente; 10. Formação e implantação da Comissão Regional de Saúde; 11. Implantação da Casa da Gestante nos municípios; 12. Resgate da fitoterapia e uso nos postos de saúde; 13. Organização dos Conselhos de Cultura, Esporte e Turismo; e 14. Preservação da cultura social regional, criando um calendário de eventos.

**ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO – Produção, Transformação e Comercialização:** 1. Assistência técnica diferenciada à agricultura familiar orientada pela característica e condições regionais; 2. Viabilização do acesso às linhas de crédito da agricultura familiar; 3. Discussão e mobilização para a regulamentação da agroindústria de pequeno porte; e 4. Implementação através de capacitação, crédito e mobilização, do processo de transição da agricultura familiar para a agroecológica no Vale do Ribeira.

Considerando a gravidade dos problemas que enfrentamos na região, o aprofundamento da pobreza e a falta de perspectiva para nossa juventude, propomos a criação imediata de canais de negociação e formação de comissões interinstitucionais em caráter prioritário em cada tema apresentado visando solução definitiva.

Registro, 19 de julho de 2003

*700 Agricultores e Agricultoras familiares do Vale do Ribeira e Litoral Sul*

*SINTRAVALÉ - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul*

## TEXTO BASE 3

## ECOTURISMO E BIODIVERSIDADE

Devancyr Romão  
Denyse Chábaribery  
Maurício de Carvalho



## AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA

## Introdução

O valor ambiental do corredor ecológico formado pelos remanescentes da Mata Atlântica no Vale do Ribeira, reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera, somado ao maior patrimônio espeleológico do país e a rica biodiversidade da vegetação de manguezais e de restinga da zona costeira, potencializa o poder de articulação de parcerias intergovernamentais e da captação de recursos internacionais.

Porem os inúmeros programas e ações desenvolvidos nas esferas estadual e federal, muitas vezes apresenta desarticulação institucional que impede a concretização de ações.

Há necessidade de criar uma cultura de integração e transversalidade nas políticas e programas que integrem as ações das diversas instituições envolvidas, inclusive, criando um processo de convencimento e inclusão das prefeituras da região nas responsabilidades de implementar os projetos de desenvolvimento do ecoturismo.

## Breve diagnóstico

O Vale do Ribeira, devido às dificuldades de acesso ao seu território, que permaneceram ao longo do século passado, em virtude

quer das características naturais quer dos problemas de adequação a tais características dos diferentes modelos de desenvolvimento agrário lá intentados – é uma região cujo processo de ocupação resultou em seu isolamento relativo em relação ao restante do Estado de São Paulo. Por conta disto, ali se conservou uma rica biodiversidade e, também, uma população que mantém viva uma cultura que se perdeu nos grandes centros urbanos.

A ocupação do Vale do Ribeira é bastante rarefeita, constituída por diversos tipos de comunidades urbanas e rurais, formadas em diferentes momentos históricos: os ribeirinhos, ao longo do Ribeira de Iguape e alguns de seus afluentes; os caiçaras, na região lagunar; os remanescentes de quilombos, na região serrana; migrantes do interior do estado e de outros estados, assim como imigrantes de outros países, que ali se fixaram em busca da sobrevivência.

Com o passar dos anos – e, mais recentemente, com as restrições ambientais – têm se acentuado os conflitos sócio-ambientais entre o modo de vida dessas comunidades e a imposição de políticas ambientais restritivas à sobrevivência das populações locais, resultando em degradação econômica e na perda de traços culturais. Apesar dos desequilíbrios, entretanto, essas comunidades são as que detêm as melhores condições para a conservação desses lugares. Pois a despeito da necessidade de serem preparadas e qualificadas, são os mais interessados em manter a biodiversidade na região, porque compreendem que somente ela garantirá um desenvolvimento sustentável.

A legislação ambiental colocou uma série de restrições às atividades de subsistência tradicionais das comunidades do Vale do Ribeira – especialmente no caso das comunidades fixadas na zona rural e na área lagunar. Ao transformar mais de 60% das terras da região em áreas de preservação, conservação ou proteção ambiental, a legislação vigente restringiu drasticamente as possibilidades de uso agrícola do solo e proibiu as atividades extrativas, tradicionais entre aquelas comunidades, sem oferecer novas alternativas de sobrevivência e de crescimento econômico.

Nessas áreas, o ecoturismo é uma das poucas atividades permitidas, pois surge como uma forma de inserção da população do Vale, do Ribeira, tendo como aliada o interesse humano pelo legado natural, cultural e étnico, melhorando as condições de vida sem alterar o modo de vida das comunidades locais. Compreende-se o ecoturismo como uma atividade econômica complementar às outras que as comunidades tradicionais têm: o artesanato, o processamento

de alimentos de forma artesanal, a pesca artesanal, a criação de frutos do mar auto-sustentada, o manejo auto-sustentado da mata e dos mangues, a agricultura não agressiva ao meio ambiente, a preservação do patrimônio cultural e natural, o monitoramento das atividades de visitação aos atrativos turísticos, e o gerenciamento participativo para a preservação e sustentação das populações locais. Também deve haver um esforço no sentido de a própria comunidade buscar prover o abastecimento de alimentos da população local e dos turistas em visita. A agroecologia e outras formas ecológicas de produção de alimentos e de outros bens, energia solar, por exemplo, realizadas dentro dos limites de terrenos apropriados para cultivos, juntamente com técnicas de sistemas agroflorestais e de manejo sustentável de espécies, devem fazer parte de um conjunto de atividades econômicas que busquem a sustentabilidade e se integrem ao ecoturismo.

O ecoturismo diferencia-se dos demais segmentos da atividade turística porque é desenvolvido de maneira que produza o menor impacto possível no meio natural e cultural – já que é o principal “produto” oferecido aos consumidores.

Outra potencialidade do ecoturismo é a participação das comunidades que vivem dentro e no entorno das unidades de conservação, no planejamento das ações e de formulação de políticas públicas que abarquem as necessidades de estruturação das comunidades, órgãos, entidades, entre outros para a atuação no ecoturismo.

Em 2000, as comunidades locais do Vale do Ribeira reivindicaram maior participação na formulação de diretrizes do desenvolvimento da região, por ocasião do Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira “Caminhos do Futuro”, e a partir de oficinas de planejamento participativo resultou no Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades Rurais do Vale do Ribeira – Agenda Rural, cujo plano de trabalho divide as ações a serem implementadas nos seguintes temas:

- Organização dos Agricultores Familiares
- Melhoria da comercialização da produção
- Melhoria do acesso ao crédito
- Adequação/conhecimento da legislação ambiental
- Regularização fundiária
- Melhoria das ações da extensão rural e assistência técnica
- Incentivo ao agro e ecoturismo

- Melhoria da saúde no meio rural
- Implantação de sistema de informação e comunicação
- Educação no meio rural

Entre os dados levantados nas oficinas, convém destacar que 83 comunidades, dentre as 382 participantes, demonstraram interesse nas atividades de turismo.

Sendo assim, torna-se imperativo para o desenvolvimento do ecoturismo no Vale do Ribeira a defesa das seguintes teses:

### 1 – Questão Fundiária

A regularização fundiária no Vale legitimaria o pequeno posseiro que usa a força de trabalho familiar para sobrevivência, dando a ele o título de domínio que, no regime jurídico da nossa sociedade, permitiria a obtenção de financiamento para a produção, para a realização de investimentos, significando a inserção de parcela da população no processo produtivo, a geração de emprego e renda e a diminuição de ocorrência de conflitos pela posse da terra, que se acentuará após a duplicação da BR-116

### 2 – Questão ambiental

Através das seguintes atividades: elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável, regulamentação da legislação ambiental para adequá-la à realidade do Vale do Ribeira, assistência técnica ambiental rural, policiamento florestal, ambiental e educativo, estruturação de um núcleo permanente de educação ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), implantação dos comitês de gestão das unidades de conservação, ampliação dos debates do Comitê de Gestão junto as Unidades de Conservação (UC) e articulação dos projetos ambientais da Agenda Rural com esforços e metas do Plano de Bacia Hidrográfica.

### 3 – Infra-estrutura Viária

Visando o melhoramento do acesso e circulação e diversificação das formas de acesso na região.

Para o acesso à região é necessária a conclusão da duplicação da Rodovia BR-116 (São Paulo – Curitiba). Melhoria da rede viária interna da região. Recuperação e Implantação do transporte

ferroviário, fluvial e marítimo. Aprimoramento do aeroporto de Registro.

#### **4 – Capacitação para o Turismo Sustentável**

A capacitação mostrou ser o aspecto mais importante para se atingir o objetivo de propiciar as condições para que as comunidades locais se tornem as empreendedoras do ecoturismo.

É necessário estabelecer um processo de capacitação através de métodos participativos, que valorizem a sua cultura, e a partir de técnicas que procuram realçar o saber dessas comunidades.

Além da valorização e auto-estima é necessário reforçar na capacitação a solidariedade e a organização de forma cooperada, dotá-las de conhecimentos, instrumentos e procedimentos que lhes permitam explorar as potencialidades e enfrentar os problemas do contato estreito com a diversidade cultural representada pelos turistas.

#### **5 – Recuperação e Preservação do Patrimônio Natural e Cultural**

Garantir a recuperação e preservação do patrimônio natural e cultural do Vale do Ribeira.

#### **6 – Criação de um Fundo Regional de Desenvolvimento Turístico**

Com critérios de acesso à população local e transparência na aprovação de projetos, visando formas justas de financiar o desenvolvimento do turismo sustentável.

#### **7 – Extensão Rural**

Criação de um sistema de extensão rural apropriado às especificidades do Vale do Ribeira.

#### **8 – Democratização do acesso à informação e comunicação**

Implantação de um Sistema de Informação e Comunicação Turística, que inclua as comunidades locais, inclusive com um programa de inclusão digital.

#### **9 – Planejamento do Turismo Sustentável.**

Os resultados e ações desenvolvidos pela Agenda de Ecoturismo permitirão orientar o que deve ser feito na região, seja pelo Estado seja pelas organizações da sociedade civil. Fundamentalmente objetivam organizar um planejamento das próximas ações, a adequação da infra-estrutura necessária, o tipo e o montante de fomento, bem como o que e o quanto ainda deve ser feito em termos de capacitação para permitir que a população local se torne empreendedora do setor.

No entanto, apenas com o verdadeiro envolvimento das comunidades e das autoridades governamentais será possível que a população local se torne protagonista deste processo que visa à inclusão do Vale do Ribeira no roteiro nacional e internacional dos turistas e dos estudiosos.

## TEXTO BASE 4

## AS POPULAÇÕES HUMANAS EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS DA MATA ATLÂNTICA

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues<sup>1</sup>

A EXISTÊNCIA das populações humanas tornou-se um tema central na questão das áreas naturais protegidas em escala mundial e também no Brasil por duas razões básicas; a *primeira* diz respeito a uma evidência cada vez maior que o modelo dos parques nacionais importado dos Estados Unidos, excluir dos moradores não têm funcionado a contento, sobretudo nos países do Terceiro Mundo onde as populações locais e regionais vêem poucas vantagens na maioria das atuais categorias de áreas protegidas. Em consequência, existe pouco apoio às áreas protegidas nos países do Sul, sendo muitas delas apenas *parques no papel*. A *segunda razão* é porque os conflitos sociais gerados pelo modelo atual coloca em cheque a própria noção do tipo de relação entre população humana e a natureza embutida nessas categorias. Segundo esse modelo, gerado em meados do século passado numa situação histórico-social específica dos Estados Unidos, quando ocorria uma ocupação desordenada do território norte-americano e uma urbanização intensa, o ser humano era considerado intrinsecamente destruidor da natureza, independente das formações sociais em que estivesse inserido. Os parques nacionais foram então estabelecidos como *ilhas* onde a natureza selvagem, apartada das cidades, pudesse ser apreciada e até reverenciada pelas populações sofredoras do desgaste da vida moderna.

Ora, inúmeros trabalhos, sobretudo dos antropólogos tem demonstrado que o caráter destrutivo da relação homem-natureza depende das características e da racionalidade inerente às diversas formações sociais existentes (Godelier, 1973). Em muitas sociedades, chamadas de tradicionais (de pescadores artesanais, extrativistas, camponeses), o homem não se comporta necessariamente como destruidor da natureza, sobretudo quando depende da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida acumulação de capital. Essas questões foram amplamente discutidas em: *O mito moderno da natureza intocada* (Diegues, 1996) e não se torna necessário repeti-las aqui. A partir dessas

constatações preliminares torna-se evidente que, segundo o modelo atual, as comunidades humanas, sobretudo as tradicionais são um *problema e não parte integral das soluções possíveis*. Experiências em curso em vários países, como no Zimbábue, na África do Sul e mesmo no Brasil têm demonstrado que a população tradicional tem um papel importante a ser desempenhado no êxito das áreas naturais protegidas na medida em que, desde a elaboração do plano de manejo essas comunidades possam participar efetivamente do planejamento e administração dos parques e reservas. Nesse sentido, ela pode ser aliada importantes para a conservação da biodiversidade. Aliás, muitas pesquisas têm demonstrado que a diversidade biológica pode ser melhor conservada se aliada à proteção da diversidade sociocultural (Diegues, 1996).

O NUPAUB — Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas da Universidade de São Paulo, desde 1988, tem se dedicado sistematicamente ao estudo das comunidades tradicionais em sua relação com as áreas naturais protegidas. Num de seus primeiros trabalhos, *O Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras* (1990), o Nupaub realizou um primeiro levantamento das populações humanas em áreas naturais situadas em regiões inundáveis (áreas costeiras, florestas inundáveis, manguezais, etc.). A partir daí, foram realizados vários estudos de caso onde as relações entre essas populações humanas e as áreas protegidas constituíram um tema central. Como exemplos deles podem ser citados: *As comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos: o caso de Guaraqueçaba* (1989); *As várzeas ameaçadas: um estudo das relações entre comunidades humanas e os recursos naturais da Várzea da Marituba no rio São Francisco-Alagoas* (1990); *Reserva extrativista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape-Paraíba* (1992); *Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais do Pantanal Mato-Grossense* (1992); *O RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do Poder e o CONTRA-RIMA dos deserdados destruição e sobrevivência da Várzea da Marituba* (1992); *Populações humanas na Estação Ecológica de Juréia-Itatins* (1993); *No ritmo das águas do Pantanal* (1994); *O nosso lugar virou parque: um estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati* (1994); *Reserva extrativista no complexo estuarino de Iguape-Cananéia - domínio da Mata Atlântica* (1996); *Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação da Mata Atlântica* (1995).

Além desse trabalho aprofundado de pesquisa de campo, os pesquisadores do NUPAUB têm participado de inúmeros congressos

internacionais, especialmente aqueles organizados pela UICN (União Mundial para a Conservação) e pela UNESCO. Através dessas instituições é possível seguir os debates sobre o tema em nível internacional e constatar as rápidas mudanças favoráveis a uma maior participação das populações tradicionais no planejamento e administração das áreas naturais protegidas, sobretudo nos países do Sul.

Esses inúmeros trabalhos de campo, a participação em congressos nacionais e internacionais e as assessorias a diversos movimentos locais de populações moradoras em áreas de conservação proporcionaram aos pesquisadores do NUPAUB uma larga experiência, em nível nacional, dos problemas relacionados aos conflitos existentes entre as populações locais e os órgãos federais e estaduais responsáveis pela administração dos parques e reservas. Ademais, a partir dos diversos debates, muitas vezes acalorados, sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o NUPAUB propôs a inclusão de uma nova unidade que atendesse à conservação da biodiversidade e da diversidade sociocultural intitulada: *Reserva Ecológico-Cultural*, incorporada no projeto de Lei, do relator deputado Fernando Gabeira.

Com o intuito de ter uma visão mais detalhada sobre os conflitos existentes entre as populações locais e as administrações dos parques e reservas, o NUPAUB realizou, com o apoio da Fundação Ford, por um período de dois anos (1992-1994), uma pesquisa pioneira sobre os as características dos moradores das áreas protegidas de uso indireto e de seu entorno nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que resultou na publicação: *Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação na Mata Atlântica* (1994). Com esse trabalho, com cerca de 600 páginas, entre análises, tabelas e anexos, pretendeu-se fazer um diagnóstico detalhado dos problemas existentes nas diversas unidades de conservação de uso restrito (parques nacionais, estações ecológicas e reservas biológicas), resultando num volume considerável de informações de primeira mão.

Essa pesquisa partiu da constatação que os órgãos conservacionistas, sobretudo o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), não tinham informações disponíveis sobre o tema, apesar dos esforços renovados do NUPAUB em obtê-los. Por outro lado, o Instituto Florestal de São Paulo que dispunha de algumas informações para o Estado recusou-se a participar da pesquisa por motivos não suficientemente esclarecidos. Em função disso, os dados relativos

ao Estado de São Paulo foram analisados à parte, uma vez que não foram obtidos a partir de um mesmo questionário enviado aos administradores das unidades de conservação dos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Aliás, esse trabalho somente foi possível pelo excelente proporção de retorno dos questionários respondidos pelos administradores das unidades de conservação geridas pelo IBAMA e pelos órgãos responsáveis nos Estados estudados.

### A Presença de Moradores Tradicionais e não Tradicionais nas Áreas Naturais Protegidas

O universo da pesquisa cobriu 67 áreas protegidas de uso indireto (restritivo), estadual e federal, nos três Estados mencionados. Constatou-se que em cerca de 39,0% dessas unidades de conservação (UCs) havia moradores tradicionais (pescadores artesanais, extrativistas, pequenos agricultores) e não tradicionais (fazendeiros, veranistas com casas nas áreas, comerciantes e outros).

**Tabela 1** – Unidades de Conservação por Estado

ESTADO	N.º DE UCS	UCS C/ MORADORES	PORCENT.
Rio de Janeiro	19	14	73,6%
Paraná	30	6	20,0%
Espírito Santo	16	4	25,0%
Total	67	26	39,0%
Ucs bi-estaduais	2	2	100,0%

O Estado com maior proporção de moradores no interior das áreas protegidas é o Rio de Janeiro, onde 73% delas apresentam populações tradicionais e não-tradicionais residentes (totalizando cerca de 5.700 moradores). O menor número de moradores está no Estado do Paraná (cerca de 57), pois geralmente a política do órgão responsável, foi o da criação dessas unidades somente após a solução dos problemas fundiários. O Estado do Espírito Santo tem cerca de 210 moradores distribuídos em 4 UCs.

Uma análise das diversas categorias com populações humanas em seu interior mostrou que em 83% dos parques nacionais existem moradores, seguidos das Reservas Biológicas (67%) e das Estações Ecológicas (60%). Constatou-se também que em 100 % dos parques

bi-estaduais, como o de Bocaina e Itatiaia existem populações residentes. Segundo os dados do Instituto Florestal existem populações tradicionais em praticamente todas as unidades restritivas grande porte (Parque Estadual da Serra do Mar: 13.250 moradores; Parque Estadual de Jacupiranga: 5.560 moradores; Petar: 700 moradores; Parque Estadual da Ilha Bela: 717 moradores; Parque Estadual da Ilha do Cardoso, 556 moradores, totalizando cerca de 24.500 moradores no conjunto das áreas naturais protegidas do Estado de São Paulo (DRPE).

**Tabela 2 –** Proporção das áreas protegidas com moradores por tipo de Unidade

Tipos de UCs	Qtde. UCs	c/ moradores	% c/ morador
Parques Nacionais	6	5	83%
Parques Estaduais	32	11	34%
Reservas Ecológicas	3	2	67%
Estações Ecológicas	5	3	60%
Reservas Biológicas	11	3	27%
Reservas Florestais	7	11	4%
Res. Biol. e Arq.	1	1	100%
Estações biológicas	2	0	0%
Total/Média	67	26	39%

Moradores em Áreas Protegidas por Classes de Superfície e Períodos Históricos

Constatou-se também que a presença de moradores somente existia nas áreas protegidas de grande extensão territorial, sendo praticamente inexistente nas de extensão reduzidas que constituem a maioria delas nos Estados analisados. Assim, em 73% das áreas protegidas acima de 10.000 ha de superfície existiam moradores, e essa proporção se reduzia à medida que a superfície territorial fosse menor.

Ao analisar a presença de população pelos diversos períodos em que as áreas protegidas foram criadas, constatou-se que a maior proporção das unidades de conservação federais com população se concentrou no período 1969 a 1980, quando foram criadas 13 áreas, das quais sete (ou 53%) apresentam moradores.

Um outro pico de unidades com conservação encontra-se a partir de 1988 quando foram criadas 24 novas unidades, das quais 12 (ou 50%) apresentam moradores. A mesma tendência também ocorria com as áreas protegidas estaduais.

### Os Tipos de Moradores por Área Protegida

Segundo a pesquisa, as comunidades ou populações tradicionais se caracterizavam por uma grande dependência do uso dos recursos naturais renováveis, a partir do qual se construía um modo de vida particular; pelo conhecimento aprofundado dos ciclos naturais que se refletia na elaboração de sistemas de manejo de recursos naturais, carregados de conhecimento e tecnologias patrimoniais; pelo pertencer e apropriar-se de um território onde os grupos sociais se reproduzem econômica, social e simbolicamente; pelo permanecer e ocupar esse território por várias gerações, ainda que membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos de onde podem voltar para a terra de seus antepassados; pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadoria, mais ou menos desenvolvida indique a vinculação com o mercado local e regional; pela reduzida acumulação de capital; pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; pela importância atribuída às simbologias, mitos e rituais associados à caça e à pesca; pela reduzida divisão técnica e social do trabalho; pelo fraco poder político, em mão de classes urbanas, em geral associadas à comercialização da produção local; pela identidade cultural do grupo (Diegues, 1996).

Em nível empírico foram considerados como exemplos de populações tradicionais as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Como pertencentes às populações não-tradicionais foram citados os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito, madeireiros, etc.

A pesquisa constatou que na maioria das Ucs com população (73%) coabitavam populações tradicionais e não-tradicionais, ao passo que em somente 15% das áreas protegidas federais e estaduais existiam exclusivamente populações tradicionais e em 11 % delas somente populações não-tradicionais.

No que diz respeito à presença de populações tradicionais e não-tradicionais nas áreas naturais protegidas consideradas por tipo de administração federal e estadual, constatou-se a aquelas sob jurisdição federal apresentavam uma proporção maior de moradores de ambos os tipos.

Das UCs com moradores, em 100% das estações ecológicas, das reservas biológicas e das reservas ecológicas existiam moradores tradicionais e não-tradicionais.

**Tabela 3 – Moradores em Parques Nacionais Federais e Estaduais**

Tipos de moradores	Parques Nac. Federais	Parques Estaduais
Moradores tradicionais	20%	27%
Moradores não tradicionais	0%	18%
Ambos os tipos	80%	54%

São os parques nacionais e estaduais as unidades em que mais se concentrava a população tradicional. Por outro lado, em 80% dos parques nacionais e 54 % dos parques estaduais existiam moradores tradicionais e não-tradicionais. Pela tabela 3, observou-se que em 20% dos parques nacionais e em 27 % dos parques estaduais existiam comunidades exclusivamente tradicionais.

### Moradores Recém-Chegados

O trabalho constatou também que numa grande porcentagem das unidades Federadas com moradores não-tradicionais existia a chegada de novos ocupantes após a criação das áreas naturais protegidas. A proporção de recém-chegados foi bem maior nas unidades sob jurisdição federal que sob a estadual como se pode ver pela tabela abaixo:

**Tabela 4 – Proporção da População de Recém-Chegados**

Áreas Protegidas Federais	88%
Áreas Protegidas Estaduais	39%
Média entre ambas	54%

Essa permeabilidade dos parques aos novos ocupantes, sobretudo nos federais deve-se, em grande parte, à precariedade da fiscalização dos órgãos federais e possivelmente a uma maior eficiência dos órgãos administradores estaduais, sobretudo nos casos do Paraná e São Paulo.

No que se refere às categorias de unidades por tipo de administração, observa-se que em 100% das áreas protegidas federais e em cerca de 45,5 % das estaduais houve novos ocupantes. Na esfera estadual, o Rio de Janeiro foi aquela com maior proporção de novos ocupantes (71%) em UC's federais e estaduais, ao passo que no Espírito Santo não houve entrada de recém-chegados. A entrada de novos ocupantes revelou-se mais importantes nas UC's de maior extensão territorial, pois em cerca de 57% dessas unidades com área superior a 10.000 ha houve entrada de recém-chegados após a sua criação.

### Populações do Entorno das Áreas Naturais Protegidas

A pesquisa preocupou-se também com as populações que vivem nas imediações das áreas protegidas e que de alguma forma se relacionam com o mesmo, sobretudo através da utilização dos recursos naturais aí existentes, usualmente de forma ilegal, tomando em conta a legislação atual. Constatou-se que em cerca de 88% de todas as áreas naturais protegidas nos três estados estudados existiam moradores do entorno que igualmente podem ser divididos entre população tradicional e não-tradicional. Em 49% das unidades existiam populações tradicionais de entorno, sobretudo sítiantes, pescadores artesanais e índios, e em na quase totalidade delas existem populações não-tradicionais. Segundo os administradores, ocorriam conflitos gerados pela utilização dos recursos naturais das áreas protegidas pelas populações do entorno através da pesca predatória, caça, extração mineral e de produtos vegetais, agricultura e pecuária.

### Regularização Fundiária

Em cerca de 50% das áreas protegidas pesquisados Estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo havia a regularização fundiária, isto é, houve desapropriações dos moradores. Dentre os três Estados, o Paraná foi o que revelou o maior índice de regularização fundiária, pois 70% das áreas protegidas estaduais e federais foram regularizadas,

pertencendo a terra ao Estado ou à União. O Paraná apresentou um índice mais alto para as áreas estaduais (cerca de 91%), porque regularizou a situação fundiária antes da criação das áreas protegidas. Essa proporção diminuiu consideravelmente no Rio Janeiro, onde a regularização total existiu em somente 10% e no Espírito Santo, em 50 % das áreas protegidas. A regularização fundiária nos Parques Bi-Estaduais de Itatiaia e Bocaina foi reduzida. Das áreas protegidas sem regularização fundiária, 73% apresentavam população em seu interior. Em São Paulo, segundo dados do DRPE/IF, em somente 19% das áreas protegidas o Estado possuía controle dominial.

### **Conflitos entre Populações e a Administração das UC's**

Um outro tema pesquisado foram os tipos de conflitos existentes entre os moradores do interior das áreas naturais protegidas e as administrações das mesmas. Os conflitos assinalados pelos administradores tiveram as causas mais diversas, sobressaindo aqueles resultantes das construções ilegais, da situação fundiária não-resolvida, da fiscalização, dos desmatamentos, do extrativismo, das atividades agropastoris, da caça, atividades turística etc.

Em praticamente todas as unidades consideradas existiam problemas com os moradores tradicionais, sobretudo quando estes continuam com suas práticas ancestrais de agricultura, artesanato e extrativismo. Os conflitos com os moradores não-tradicionais ocorriam num número menor dessas áreas protegidas (em cerca de 87%), devido, principalmente, ao fato de muitos deles terem nelas residências secundárias visitadas esporadicamente.

Em relação aos conflitos com as populações tradicionais de roceiros e sitiantes, a proporção maior de conflitos tinha sua origem na extração de produtos florestais (72%), construção ou reforma de habitações (67%), caça (56%), fiscalização (56 %). Já para os caçara-pescadores artesanais, a maior porcentagem dos conflitos se originou na extração florestal (89%), construção e reforma (78%), pesca, caça e fiscalização (67%).

### **Planos de Manejo**

Como ocorre em outras regiões brasileiras, nos três estados pesquisados, poucas áreas protegidas tinham planos ordenadores e somente 23% das unidades tinham planos de manejo e mesmo nessas áreas protegidas a qualidade e o ritmo de sua implantação eram

insuficientes. Mais grave ainda, esses planos de manejo, geralmente encomendados a instituições não-governamentais, sobretudo na esfera nacional eram feitos de forma inadequada. O zoneamento era proposto após um levantamento rápido da fauna e da flora e das chamadas "ações antrópicas", segundo a categoria de cada unidade (parque, reserva ou estação). É interessante se observar que no Estado de São Paulo, os planos de manejo foram realizados na mesma época (entre 1973 e 1976), com a participação de técnicos da FAO (Food and Agriculture Organization) que se limitaram a introduzir uma metodologia oriunda dos países industrializados, sem levar em conta as especificidades locais, sobretudo a presença de populações tradicionais. O caso típico é o plano de manejo da Ilha do Cardoso, produzido em 1976, em que sequer se mencionava a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais caçaras e em que se proibiam as atividades de subsistência delas, obrigadas assim a migrar para a cidade de Cananéia, onde passaram a engrossar o número de moradores pobres dos bairros periféricos.

Nesse sentido, a ação do Estado é perversa, pois mesmo que reconheça a existência dessas populações tradicionais moradoras da área antes da criação das unidades de conservação, inibe o exercício das atividades econômicas tradicionais (extrativismo, pesca, pequena agricultura) que garantem sua sobrevivência, sem apresentar-lhes soluções viáveis. Em consequência disso, frequentemente, muitos moradores foram obrigados a migrar de "espontânea vontade", sem nenhuma indenização. O mesmo não ocorre com os grandes proprietários de terras nessas áreas protegidas, na maioria das vezes absenteístas que não necessariamente vivem do uso dos recursos naturais locais. Esses proprietários (fazendeiros, veranistas, etc.) podem esperar e têm condições de acionar judicialmente o Estado ou a União para obter a indenização. Note-se também que muitas dessas terras foram griladas dos moradores tradicionais, muitas vezes utilizando-se da violência e posteriormente regularizadas em cartório. Por outro lado, a grande maioria dos moradores tradicionais não tem sequer os documentos de posse ou propriedade, tendo dificuldades até de entrar com ações de usucapião.

### **Participação dos Moradores na Administração das Áreas Protegidas**

A pressão crescente dos moradores organizados, de algumas organizações não-governamentais, a constatação de as áreas

protegidas não está cumprindo com seu papel na conservação, as mudanças de enfoque a nível internacional tem levado a algumas mudanças importantes nos projetos de lei referentes Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a tímidas mudanças de atitude das administrações das áreas protegidas em alguns estados. No entanto, na prática atual, na maioria das vezes ocorre uma grande inércia por parte das administrações estaduais e federais em resolver a situação trágica dos moradores, sobretudo dos tradicionais que se encontram impossibilitados de exercer as atividades econômicas costumeiras que garantem a reprodução social e cultural das populações locais. Em determinadas situações até os postos de saúde, escolas e estrada vicinais deixaram de serem mantidas no interior das áreas naturais protegidas. Em muitos casos, os moradores tradicionais foram simplesmente expulsos de seus territórios, sem que ao menos um assentamento aceitável tenha sido providenciado em outras áreas. Frequentemente, muitos moradores tradicionais, depois de esperarem inutilmente por uma solução por parte do Governo, acabam deixando as áreas protegidas sem ao menos serem indenizados, ingressando numa situação de pobreza e até miséria, morando nos arredores das cidades em bairros novos sem nenhuma infra-estrutura. Poder-se-ia até pensar que a falta de política definida tem-se constituído na *política real* que se baseia na estratégia de vencer as populações tradicionais *pelo cansaço e pela desesperança*. Como resultado dessa política, muitos parques e reservas vão se esvaziando de suas populações tradicionais, e com elas desaparecem conhecimentos seculares sobre os ecossistemas e engenhosas formas de manejo de recursos naturais. Por outro lado, ocorre também que o vazio deixado por essas populações é ocupado por novos ocupantes, muitos sem-terra de outras regiões com escasso conhecimento de práticas de utilização dos recursos naturais apropriados à área. Esse vazio tem sido também ocupado por especuladores de terra, madeireiros e outros agentes degradadores dos ecossistemas, em virtude da reduzida fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Em alguns casos, as administrações tentam incorporar os moradores tradicionais à administração das áreas protegidas, criando a figura dos *guarda-parques* locais. Estes são selecionados frequentemente entre os jovens mais dinâmicos e alfabetizados, transformados em funcionários públicos aos quais se atribui uma tarefa de fiscalização sobre as atividades chamadas ilegais, como a caça, a pesca, o extrativismo vegetal. Pelo dever de ofício, esses guarda-parques acabam denunciando membros de suas comunidades,

até parentes como infratores, o que tem contribuído ainda mais para a desestruturação das comunidades locais e para um crescente nível de conflitos intracomunitários.

### Conclusões

A forma mencionada de implantação e administração das áreas protegidas no Brasil é, sem dúvida, marcada por um grande autoritarismo, pois os moradores não são previamente informados dos objetivos da chamada conservação e das mudanças drásticas sobre seu modo de vida advinda da implantação dessas áreas protegidas. A fiscalização, muitas vezes indiscriminada, acaba sendo a forma predominante de se impor um modelo de conservação fadado ao fracasso, pois, na maioria dos casos, não conta com o apoio das populações locais e regionais, que vêem nas áreas protegidas uma imposição do Estado e de um ecologismo de classe média urbana. Nesse sentido, as áreas protegidas têm sido concebidas como *ilhas naturais* a serem defendidas contra todo tipo de seres humanos, principalmente dos moradores tradicionais que passam a ser considerados os vilões a serem reprimidos com rigor.

Para um êxito real da conservação da biodiversidade e dos remanescentes florestais é necessário um outro pacto social em que as populações locais e regionais, principalmente os moradores tradicionais do interior das unidades de conservação e de seu entorno possam desempenhar um papel fundamental baseado no conhecimento tradicional dos ecossistemas, das técnicas patrimoniais de manejo, ainda tão pouco conhecidas dos órgãos públicos e frequentemente até das pesquisas acadêmicas baseadas unicamente na contribuição das Ciências Naturais. Esse novo pacto implica no respeito à cidadania das populações locais, na descentralização da implantação e do manejo das áreas de conservação, na concepção democrática dos planos de manejo e na proteção da diversidade sociocultural existente no país. Nesse sentido, a pesquisa cujos resultados foram aqui sintetizados pode oferecer subsídios importantes, ao retratar a complexidade problemas gerados por modelos importados de conservação.

### Bibliografia

Cunha, L.H. 1992. *Reserva Extrativista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape - Paraíba*. São Paulo, NUPAUB-USP.

———. 1989. *As comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos: o caso de Guaraqueçaba-Paraná*. São Paulo, NUPAUB-USP.

Diegues, A. C. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec.

———. 1988. *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo, NUPAUB-USP.

Diegues, A.C. & Nogara, P. 1994. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati (RJ)*. São Paulo, NUPAUB-USP.

Marques, J. G. 1995. *Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no Baixo São Francisco Alagoano*. São Paulo, NUPAUB-USP.

Marques, J. G. 1992. *O RIMA (Relatório de impacto ambiental) do Poder e o CONTRA- RIMA dos Deserdados: destruição e sobrevivência da Várzea da Marituba (Alagoas)*. São Paulo, NUPAUB-USP.

NUPAUB 1996. *Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação da Mata Atlântica*. São Paulo.

———. 1988. *Inventário das áreas úmidas brasileiras*. São Paulo.

Oliveira, E. 1993. *Populações Humanas da Estação Ecológica Juréia-Itatins*. São Paulo, NUPAUB-USP.

Salles, R & Moreira, A. C. 1996. *Reservas extrativistas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia- Domínio da Mata Atlântica*, São Paulo, NUPAUB-USP.

Silva, J. & Silva, J. 1995. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo, NUPAUB-USP.

———. 1992. *Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Mato-Grossense*. São Paulo, NUPAUB-USP.

#### Observação:

Os dados empíricos foram retirados do trabalho: *Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica*, publicado na íntegra pelo NUPAUB (1994), sob a coordenação do prof. Antonio Carlos Diegues e subcoordenação de Lucila Pinsard Viana. O relatório final do projeto de pesquisa esteve a cargo de Lucila Pinsard Vianna e Cristina Adams, do NUPAUB.

(Footnotes)

1

Professor da ESALQ/USP e Diretor Científico do NUPAUB

- Núcleo de Apoio a Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da USP

<sup>1</sup> Artigo extraído de DIEGUES, Antonio Carlos. 2001 – *Ecologia Humana e Planejamento Costeiro*

- 2ª edição

- NUPAUB/USP

## TEXTO BASE 5

### PROBLEMAS PESQUEIROS NA REGIÃO DO LITORAL DO RIBEIRA<sup>1</sup>



- **Gelo e conservação do pescado:** que é de difícil aquisição, não havendo oferta suficiente para suprir de forma satisfatória a demanda da frota pesqueira, tanto de mar-a-fora (industrial) como a costeira e estuarino-lagunar (artesanal). Como conseqüência da pequena oferta e da existência de um "monopólio" em sua produção, o insumo na região é extremamente caro. A CEAGESP em Cananéia possui equipamento obsoleto e de alto custo operacional, e também há a dificuldade de se conservar o insumo em comunidades pesqueiras longínquas da zona urbana. Propõe-se modernizar a estrutura da CEAGESP e/ou instalação de máquinas de pequeno porte em outros pontos e, por exemplo, freezer a gás.

- **Comercialização do produto:** a estrutura comercial instalada é de pequena escala, havendo poucos compradores e pequena oferta de valores, ou seja, o preço ao produtor é baixo, inviabilizando a atividade (falta de opções de comércio). Na pesca, a precificação é praticamente ditada pelos valores trabalhados na CEAGESP/CEASA de São Paulo, com uma generalização de valores, independente dos custos de captura em cada região, o que muitas vezes não atende às necessidades dos pescadores. Isto poderia ser viabilizado por meio da criação de uma central de comercialização dos produtos oriundos da pesca artesanal, oferecendo o produto diretamente ao consumidor e o excedente a outras fontes de consumo. A organização dos pescadores em cooperativa ou associação, com uma orientação consistente (pesquisa de mercado, estruturação da distribuição) para obter a desvinculação da

comercialização ao sistema da CEAGESP/CEASA-SP. Na Ilha Comprida o problema verificado em Iguape quanto ao destino do pescado capturado, que vai praticamente todo para o CEAGESP-SP.

- **Desorganização dos pescadores:** Sabe-se que o pescador, por questões culturais, é individualista e avesso ao trabalho organizado. Este fato agrava todos os problemas dentro da atividade pesqueira: os pescadores industriais não apresentam uma organização compatível ao seu poder produtivo, fazendo com que se tornem empregados informais dos armadores; os pescadores artesanais, por sua vez, ficam à mercê do jogo capitalista da pesca industrial, o que pode ser minorado pela atuação da Colônia de Pescadores. O fortalecimento das colônias é fundamental para o atendimento das necessidades básicas dos pescadores (atendimento médico, odontológico, etc.) além do encaminhamento relativo à atividade propriamente dita.

- **Fiscalização pouco efetiva:** outro problema federal, a fiscalização no país é despreparada, havendo pequeno contingente de fiscais, combinada com uma estruturada de trabalho deficitária. Na região a fiscalização da atividade é efetivamente feita pela Polícia Ambiental, guardas-parque do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e campanhas do IBAMA (sediado em Iguape), com uma estrutura razoável e um contingente de fiscais abaixo do mínimo necessário. Deve-se visar à integração e capacitação dos agentes dos vários órgãos, combinada com o aumento do contingente e com o envolvimento da comunidade, a conscientização da população através de campanhas de esclarecimento e valorização do ambiente local. Na Ilha Comprida em particular, a permanência de barcos arrasteiros próximos à praia é constante, acarretando prejuízos tanto ao ecossistema como à pescaria de praia.

- **Falta de sinalização na Barra de Cananéia:** a barra de Cananéia apresenta apenas um farol, localizado na Ilha do Bom Abrigo. Esta unidade freqüentemente apresenta problemas, ficando apagado. Devido ao grande aporte de sedimentos através do Mar Pequeno, a barra tornou-se móvel e formou-se um banco de areia, denominado de coroa do moleque ou quebra-coco. Esta coroa dificulta muito o acesso ao porto e já causou diversos acidentes envolvendo embarcações. Duas soluções poderiam ser aventadas: a fixação da barra através da construção de molhes – que causaria um impacto

grande na dinâmica do estuário e da costa – ou a instalação de bóias sinalizadoras, um método mais barato e menos danoso ao ambiente. Este último é de simples efetivação e muito viável. A dificuldade de entrada na barra inviabiliza o desembarque de embarcações de maior porte no porto, impedindo o aumento da produção em Cananéia.

- **Captura predatória:** dentro do município diversos produtos pesqueiros são capturados de forma errada, devido a problemas de fiscalização, normas inadequadas, questões sócio econômicas, etc., caso do caranguejo-uçá (dentro do mangue) e do camarão-legítimo (*Litopenaeus schmitti*). A facilidade de se adquirir a licença de pescador para a utilização de gerival, o que proporciona ao turista a liberdade para pescar no estuário nas mesmas condições que o pescador profissional.

- **Crédito ao pescador:** os últimos incentivos fiscais direcionados à atividade pesqueira ocorreram no início da década de 80 e foram vultosos e desordenados, fazendo com que a estrutura pesqueira fosse superdimensionada. O pescador, principalmente o artesanal, ficou sem acesso ao crédito junto às fontes convencionais, o que provocou o sucateamento das embarcações e de toda a estrutura pesqueira. As embarcações são limitadas tecnologicamente, o que diminui a capacidade de captura e até mesmo a segurança dos pescadores. Linhas de crédito similares às utilizadas pela agricultura seriam uma solução cabível à classe, devendo proporcionar o atendimento principalmente ao pescador artesanal, visto que o aumento da capacidade de captura do industrial poderá gerar sobrepesca de diversos recursos. A abertura de linhas de crédito poderia contemplar, além disso, o investimento nas alternativas de maricultura e manejo de espécies nativas, que consistem em opções viáveis para Cananéia, principalmente no que diz respeito aos moluscos (ostra e mexilhão de mangue), camarão-rosa e peixes marinhos.

- **A manjuba em Iguape:** a inexistência de recursos pesqueiros disponíveis para a produção sustentável durante todo o ano é o principal ponto da crise pesqueira em Iguape. O único recurso com proporções suficientes para sustentar todos os pescadores do município é a manjuba, a qual apresenta uma safra de apenas cinco meses. Atualmente, estes recursos encontram-se quase

desaparecidos, devido a vários fatores, como a instabilidade da qualidade da água dentro do estuário – apontado como o principal fator de redução das espécies disponíveis. O elevado índice de pluviosidade, aliado ao aporte de água doce do Ribeira, provoca grande queda na salinidade no estuário, sendo este fator limitante para a sobrevivência de diversas espécies. Fora da safra da manjuba, praticamente não existe outro recurso pesqueiro que comporte a massa de pescadores o ano inteiro, assim trazendo para o município mão-de-obra ociosa e desemprego. A mudança deste quadro só seria possível com a estabilização da água do estuário, que faria com que retornassem, aos poucos, os recursos antes existentes. A possibilidade de obter-se esta estabilização por meio da barragem do Valo Grande é objeto de grande polêmica na região, em virtude dos conflitos com a agricultura da banana. E também as relações de dependência estabelecidas entre pescadores e industriais, ligadas principalmente à comercialização da produção e, em menor escala, pelo problema da posse dos artefatos pesqueiros provoca, conforme já mencionado, o monopólio de valores, com armadores ditando o preço do produto. Isto tem determinado um grande empobrecimento da classe.

- **Desorganização da captura de siri:** o número de pescadores de siri diminuiu muito, em função de deficiências no ordenamento e comercialização do recurso, proporcionando baixos rendimentos, devido à desorganização e a ligação exclusiva da comercialização do produto com a Ceagesp. Aliado a isto, a falta de classificação do produto em relação ao seu comprimento, propiciou uma captura não seletiva, acarretando, uma grave diminuição da produção. Deve ser feito um ordenamento geral da atividade, com organização e cadastramento dos pescadores, cálculo da produção máxima sustentada e pesquisa de mercado para colocar o produto em outras fontes de escoamento, com a classificação do produto e sua comercialização com valores compatíveis aos custos de produção viabilizando a exploração sustentada

- **Valo Grande:** o Valo Grande é um canal artificial construído em 1848. Fechado até 1995, quando nas enchentes a barragem foi destruída, o “Valo” permanece aberto até os dias de hoje, com uma largura de aproximadamente 300m. Nos anos em que a barragem esteve fechada, a vida na região estuarino-lagunar se recuperou rapidamente, com o reaparecimento de várias espécies de moluscos,

crustáceos e peixes. De acordo com alguns trabalhos científicos desenvolvidos na região, o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, está altamente comprometido do ponto de vista de sua biodiversidade; sendo os principais fatores deste comprometimento: a contaminação de suas águas, peixes e sedimentos por organoclorados utilizados na cultura da banana, às margens do Ribeira, o carreamento de uma grande concentração de sedimentos para o estuário e a constante entrada de água doce nos manguezais da região, alterando consideravelmente a densidade e o pH de suas águas. O Valo Grande é um problema regional, de solução extremamente difícil, visto que é alvo de interesses conflitantes. É, sem dúvida, o maior acidente ecológico da região. É preciso um extenso diagnóstico sobre o tema, envolvendo não só os impactos na atividade pesqueira, como o problema da bananicultura implantada na área, as questões de sanidade relacionadas com os defensivos agrícolas utilizados. Para a pesca, o Valo aberto tem trazido grandes prejuízos, diminuindo a oferta de pescados e fazendo desaparecer recursos que poderiam ser explorados de maneira sustentável.

(Footnotes)

<sup>1</sup> Adaptado de Plano de Gestão Participativa para o uso dos recursos pesqueiros do Complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape-Ilha Comprida e área costeira adjacente - Cananéia, 2003, Instituto de Pesca e outros)

## TEXTO BASE 6

### AQUICULTURA E BIODIVERSIDADE

*Max Antonio Ramos Lucas  
Piscicultor, Cananéia - SP.*



O comércio de pescados é um dos que mais cresce no mundo atualmente. Divulgam-se dados de crescimento acima de 10 % nos últimos 20 anos. E considerando as limitações das pescas extrativas, com dados de produções quase estabilizados, os aumentos nos mercados de pescados é creditado quase que exclusivamente a aquicultura.

O Brasil assiste nestes últimos anos um grande crescimento nos cultivos de camarões marinhos, principalmente em estados do Nordeste brasileiro. Vemos o camarão no Rio Grande do Norte assumindo o primeiro lugar em exportação do estado, e expandindo as fronteiras para outros estados do sudeste e sul do País.

A piscicultura brasileira também tem aumentado sua produção nas últimas duas décadas, porém em menor grau que o cultivo de camarão. Tendo o nosso País uma enorme variação de clima e de condição socioeconômica da população, as pisciculturas acabam refletindo estas situações. De maneira que podemos encontrar em cada região do Brasil um sistema de criação de peixes, variando desde as espécies até o sistema de cultivo.

Vários centros de comercialização estão habituando o brasileiro a comprar peixes cultivados. Seja na forma de *laser* com "pesque pagues", ou como peixe fresco que são vendidos em feiras livres, como também com produtos mais elaborados na forma de filés e embutidos congelados.

### Piscicultura no Vale do Ribeira

A piscicultura no Vale do Ribeira iniciou seus trabalhos há 12 anos e hoje desponta como um dos principais pólos de desenvolvimento de criações de peixes do Brasil. Representa quase a metade da produção paulista de pescados de cultivos, e com potencial para aumentar em muito esta produção.

Envolve atualmente mais de uma centena de piscicultores com aproximadamente 400 hectares de espelho de água, na sua maioria pequenos produtores rurais. Esta característica é decorrente do potencial hídrico da região e da existência de grande número de pequenas propriedades rurais.

Quando iniciamos as primeiras experiências de cultivos de peixes, a idéia predominante no Brasil era a da criação de peixes com integrações de suínos, aves e outras culturas. Nestas integrações são despejados nos viveiros de engorda de peixes restos de pocilgas, ou outros animais, que servirão como fonte direta ou indireta de alimento aos peixes.

Este modelo de piscicultura de integração com outros animais têm como características baixos níveis de produção e qualidade de produto. Neste sistema, os peixes recebem águas que serviram para limpeza dos cultivos de animais, e arrastam para os viveiros restos de rações e excrementos. Logicamente, neste ambiente as águas de cultivos podem ser fontes de agentes patogênicos e poluídos, além de gerar peixes com sabores e odores não aceitáveis.

O modelo de criação de peixes desenvolvido no Vale do Ribeira na década passada emergiu com novos conceitos de cultivos, e hoje é adotado nas pisciculturas paulistas. O peixe é o objeto primário do cultivo, criados com rações fabricadas exclusivamente para pescados, com características que dão aos piscicultores controle da ingestão das rações. Neste modelo não é aceito nenhum tipo de integração visando garantir a qualidade de água de cultivo.

A qualidade de água de cultivo é fundamental para garantir uma boa produção e qualidade de produto, e desta forma, o principal parâmetro zootécnico de controle é a conversão alimentar.

Com a utilização deste sistema de produção, nossa produtividade de peixe é de até três vezes maior do que o modelo de integração, produzindo um peixe de qualidade exemplar no que se refere a sabor, odor e característica sanitária.

Este sistema também tem alta inserção nos requisitos ambientais da região. Primeiramente porque para desenvolver

atividades em piscicultura é necessário ter água em quantidade e qualidade, obrigando os piscicultores do Vale do Ribeira a preservar as matas ciliares das nascentes para garantir água com qualidade, fartura e disponibilidade ao longo do ano.

Devido às características deste método de cultivo, "águas limpas", as águas descartadas das pisciculturas também estão adequadas aos peixes nativos à jusante de nossos viveiros. Logicamente, pode-se pensar que se nossos descartes de água na natureza irão matar peixes nativos, antes disto, os peixes do próprio cultivo estarão mortos.

A piscicultura paulista esta se firmando cada vez mais como uma ótima opção para a atividade rural, com aumentos de seus volumes de produção e novos mercados. Somente nos mercados de pesque e pague da região de São Paulo são comercializadas mais de 50 mil toneladas de peixe vivo por ano, sem considerar venda de produtos processados na forma de peixe congelado, files e embutidos.

### Dificuldades do setor

Podemos enumerar vários problemas encontrados atualmente, e os principais deles estão citados abaixo:

#### Rações

Talvez o maior problema da piscicultura atualmente está nos preços das rações utilizadas. O Vale do Ribeira não produz matéria-prima para alimentação animal, como também não existe na região fabricas de rações que processem os *pellets* na forma extrusada. Este acabamento da ração é necessário para garantir a flutuação do grão e controlar a ingestão do peixe.

Este fator acentuou no ultimo ano, porque os insumos das rações são dolarizados (*commodities*), e com as instabilidades do dólar elevou demasiadamente os preços das rações. Os preços das rações praticamente dobraram de preços entre setembro de 2001 até hoje.

#### Comercialização

Nossos custos são altos, e conseqüentemente os preços dos peixes são caros comparados a peixes de captura. Este efeito reduz nossa produção, onerando mais ainda.

Será necessário romper com este ciclo para diminuir preços, aumentando a produção. Atualmente, quase toda a produção do Vale do Ribeira é destinada a pesques pagues da região de São Paulo.

### **Impacto ambiental**

Como dito acima, a piscicultura do Vale do Ribeira é umas das culturas menos impactante ao meio ambiente dentre as outras opções agrícolas. É fundamental a preservação da mata ciliar para garantir a quantidade e qualidade da água.

Devido aos conceitos de cultivos de “águas limpas”, os efluentes de origem dos viveiros não constituem problemas para a fauna nativa que habita os rios da região.

Com relação aos peixes cultivados, não existe nenhum dado que afirme que determinada espécie exótica de cultivos tenha se instalado nos rios da região, e que tenha desalojado alguma espécie nativa. Existem espécies cultivadas nos rios do Vale, porém não existe comprovação que reproduzem. Como também não existem doenças em peixes nativos que tenham sido provocadas por peixes dos cultivos.

### **Legalização de aqüiculturas**

Para quem quer iniciar a cultivar peixes no Vale do Ribeira necessitará preparar um conjunto de documentos que envolveram grandes recursos financeiros e uma boa dose de paciência.

Terá que aprovar documentos no DEPRN, DAEE, e por fim conseguir a carteirinha de piscicultor que antes era no IBAMA, depois foi para o Ministério da Agricultura e agora teve ir para a Secretaria da Pesca e Aqüicultura.

Este processo não é rápido, podendo levar anos para passar por todos os obstáculos. Normalmente, os pretendentes a piscicultores contratam “despachantes da aqüicultura” para agilizar os tramites burocrático. Para um projeto pequeno (2 hectares), o proprietário pode gastar de dois a cinco mil reais.

### **Maricultura**

O potencial de cultivo em “águas públicas” é enorme no Vale do Ribeira, principalmente na região de mangues.

Não queremos transformar nossos mangues em áreas de cultivos, iguais foram realizadas na Malásia, Tailândia, com destruição total de toda a área. Existem soluções técnicas que podem ser adotadas, por exemplo: uso de tanques redes, cultivos intensivos em pequenas áreas de ocupação.

Soluções existem, precisa somente ter boa vontade para construir sistemas que gerem produtos e empregos na região.

## TEXTO BASE 7

AS REIVINDICAÇÕES  
DOS PESCADORES

Jorge Antonio Malaquias Cardoso  
Presidente da Z-9, de Cananéia – SP.

As três urgências maiores, os problemas maiores para os pescadores de Cananéia, reunidos no seu órgão de Classe, a Colônia Z-9 Apolinário de Araújo.



**1. O Manejo das águas interiores do Lagamar Iguape – Cananéia –Paranaguá,** inteiramente localizado em Áreas de Proteção Ambiental e dentro de região reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, como uma das regiões mais ricas em biodiversidade e como criadouro de muitíssimas espécies de peixes e outras formas da vida aquática.

- Urgência de fechamento do Valo Grande de Iguape, através de comportas previstas no plano original da ponte sobre o Valo Grande no bairro de Porto do Ribeira. É urgente impedir a penetração das águas poluídas para dentro da região Lagamar;

- Deve ser feita a dragagem do rio Ribeira nos lugares de maior assoreamento, o replantio das matas ciliares e outras providências que os companheiros de Iguape podem contar melhor;

- Deve ser feito o balizamento da barra de Cananéia e impedido a dragagem;

- Devemos apoiar a luta da MOAB contra as 4 ou 5 barragens para usinas hidroelétricas, no Alto-Ribeira. O RIBEIRA LIVRE;

- Outra urgência dentro do lagamar é a proibição da criação de camarão da Malásia numa ilha dentro do Lagamar, na parte de Cananéia, praticada por um suíço dos ruins. O processo foi completado mas ninguém enfrenta o homem e o seu camarão exótica e altamente predador.

Por enquanto, lutamos junto com o comitê da APA de Cananéia – Iguape – Peruibe, da qual souo membros titulares mas existe um plano de mobilizar os pescadores do Lagamar contra este imenso mal que aqui existe.

**2. Dificuldades de manter e acertar os trabalhos da Colônia.** O M.A não funciona, a Colônia, como muitas instituições pequenas, quase não conseguem recursos para funcionar e os empréstimos são praticamente impossíveis para os pequenos artesanais.

- Tentamos pela FEAP, que era do Estado de São Paulo e foi o melhor programa que tivemos até hoje. O Banco do Povo é caro demais para o nosso pessoal, assim como a Fundesval que coloca exigências praticamente impossíveis.

- Devemos nos organizar em nível da Federação ou até na Confederação para inverter uma clara inimizade de muitos órgãos públicos contra a categoria dos pescadores do setor artesanal.

**3. A Pesca predatória está a pleno vapor e todos fecham os olhos:**

- No mar de dentro, a pesca amadora depreda as diversas espécies de peixes.

- O Gerival continua permitido e virou um verdadeiro arrasto. Tínhamos avisado que devia ser usado somente em barcos sem motorização. Agora, o motor puxa o gerival na subida e na descida;

- No oceano, as parelhas continuam "tomando banho na praia". Só no Brasil mesmo. O que é jogado fora, como "lixo" sem valor, são 30 porcentos e às vezes até muito mais, dependendo da época e do local do volume pescado. O que significa isso em número de exemplares, deve ser pesquisado.

- Para isso, estão sendo tomadas iniciativas, moções nos comitês da Ilha do Cardoso e da APA, junto ao Instituto de Pesca, da S.M.A do Estado de São Paulo.

- As traineiras 'descarregam' o mar dos cardumes, por exemplo de corvinas que esperam as ovas amadurecerem antes de entrar nas águas interiores e são pegadas em toneladas e mais toneladas, exatamente nos dias anteriores à desova.

- O defeso do camarão, no oceano, continua em época errada, enquanto no lagamar esta pesca continua aberta o ano inteiro, "até acabar".

- No tempo do caranguejo e da ostra, há portarias para os pescadores mas ninguém faz nada contra quem desrespeita todas as regras e portarias e leva toneladas sem pertencer à categoria ou à região! **A FOME É UMA DAS CAUSAS DESTA MAL! Sabemos isso.**

Cananéia, 11 de novembro de 2002.

**PROPOSTAS APRESENTADAS****EM PLENÁRIO PELOS GRUPOS DE TRABALHO**

*Grupo de Trabalho Pesca, Aqüicultura e Maricultura*  
*Relator: Dominique Prefeitura*  
*Municipal de Iguape*

**Problemas**

Não se sabe quem é o responsável (SEAP, IBAMA ou IP); Inoperância do IBAMA na fiscalização; Legislação de Pesca; O Decreto nº 4.470 diz que a pesca amadora passou para o SEAP, mas ainda se mantém no IBAMA; Falta de financiamento; Falta de escolas profissionalizantes; Falta de recursos para o melhor funcionamento das colônias de pesca; Falta de recursos para a aquisição de embarcações maiores, enquanto os barcos de fora (de outros estados) capturam o nosso pescado; Conflito entre a pesca profissional e a pesca amadora; Datas de defesos das espécies inadequadas; Falta de patrulhamento marítimo (Pirataria); Necessidade de pedido de concessão para implantação de piscicultura de água salgada; Alta carga tributária para as cooperativas que beneficiam o pescado; Pesca de arrasto na proximidade da praia; Exigência da carteirinha de aqüicultor, contratação de veterinário particular pelo piscicultor que sobrecarregam o custo da produção, falta de recursos para pesquisa; Poluição e contaminação das águas e sedimentos nas áreas estuarinas, oceânica e interiores por agrotóxicos, metais pesados na baixada santista e litoral sul; Falta de tempo para a discussão dos problemas.

**Propostas**

Mudança de tamanho de malha e apetrechos na pesca interior (represas); Inoperância do IBAMA; Definir as competências entre IBAMA e SEAP; Garantir acesso a gelo e óleo diesel mais barato

para os pequenos pescadores; Maior fiscalização; Licença de pesca regional; Zoneamento de áreas; Reconhecimento do direito adquirido pelo pescador artesanal; Revisão da legislação pesqueira de acordo com estudos locais, ouvindo a comunidade local; Maior vigilância dos órgãos competentes, principalmente a marinha; Definir procedimentos; Passar para o sistema simples, estadual e federal; Criar sistema de contenção do de arrasto; Criar comissão de aqüicultores junto com o Ministério da Agricultura para tratar das normas sanitárias; Instalação de centro de pesquisa com laboratório de referência para: avaliação do pescado, pesquisa epidemiológica, avaliação de risco, orientação e divulgação de dados; Novos debates a serem organizados pelo mandato da Deputada Mariângela e lideranças locais.

*Grupo de Trabalho Biodiversidade e Manejo*  
*Relator: Roberto Ulisses Resende – IDESC*

**Problemas**

Extração clandestina do palmito; Plantas Ornamentais; Plantas Medicinais; Agrofloresta; Projeto de Lei; Agricultura; Contaminação nos mangue.

**Propostas**

Projetos de repovoamento; Criar a renda mínima ambiental; Fiscalização no comércio e no consumo; Melhorar os parâmetros da legislação estadual; Divulgar a legislação e as experiências; Difusão de tecnologia; Projeto de manejo comunitário na área do quarentenário em Cananéia; Apoio ao projeto da cadeia produtiva de plantas medicinais da AEPAM; Criar norma própria de manejo por área; Papel do centro como educacional e de funcionamento em rede; Garantir a participação da sociedade civil e incentivar as experiências regionais; Incrementar o uso das áreas abertas; Demarcar as terras indígenas nas unidades de conservação; Difusão de tecnologias e experiências; Agregar diferencial e certificação; Incubadora; Dar seqüências as ações; Incentivo para as áreas protegidas

*Grupo de Trabalho Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais*  
 Relator : Henrique Mota Barbosa – Sintravale  
 Reafirmam todas as propostas apresentadas na Carta de Registro, texto base 2

### **Problemas**

Conflito das comunidades com a legislação ambiental; Moradores do parque não conseguem crédito do pronaf no BB; Grupo técnico para demarcação das aldeias indígenas não foi realizada por falta de recursos; Organização da produção; Assistência Técnica; Titulação; Comunidades Tradicionais; Política Pública.

### **Propostas**

Regionalização do Decreto nº 750/93 da Mata Atlântica para o Vale do Ribeira; Renda mínima ambiental; Regulamentação dos sistemas agroflorestais, através de norma conjunta IBAMA e DEPRN; Alteração através de projeto de lei do artigo do SNUC que previa a revisão das Ucs de uso indireto; Simplificar o licenciamento do palmito Jussara; Titulação das terras nas Ucs; Compatibilização das legislações agrícola e ambiental e das interfaces administrativa, policial e judicial; Abertura de canal direto do Governo Federal com a região através da constituição que declara a Mata Atlântica como patrimônio nacional; Denunciar ao MDA forma de atendimento do Banco do Brasil. Ação dos agricultores com o apoio do mandato; Indicação ao executivo; Criação de um órgão da agricultura familiar para acelerar o acesso ao crédito; Facilitar a instalação de agroindústria; Reconhecimento das comunidades caiçaras através de legislação específica; Plano imediato de ação para a agricultura familiar; Inclusão de técnicos da escola agrícola de Iguape nas ações do VR; Revisão do ITR com participação dos agricultores na discussão da alíquota e percentual a ser aplicado nas propriedades rurais; Título de propriedade para as comunidades caiçaras; Cumprimento dos art. 215 e 216 da Constituição Federal preservando valores, manifestações culturais e as organizações dos segmentos étnicos nacionais; Inclusão nas escolas da disciplina de história e cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira; Implantação do Programa Saúde da Família onde ainda não existe atendimento.

*Grupo de Trabalho de Ecoturismo*  
 Relator: Devancir Romão

### **Problemas**

Educação; Plano de Manejo; Financiamento; Capacitação; Infra-estrutura; Monitores Ambientais; Organização do setor; Comunidades Tradicionais; Comunicação e Informação.

### **Propostas**

Ampliar os programas de educação ambiental; Adequar a grade curricular nas escolas técnicas; Criar curso noturno de turismo na UNESP de Registro; Implantar ações emergenciais nas áreas onde já existe o turismo, como por exemplo na Trilha do Imperador, Estação Ecológica da Juréia; Exigir que o estado cumpra a lei, principalmente com a implantação dos Planos de manejo, cogestão e a criação dos conselhos consultivos; Controlar as invasões de áreas, principalmente em Mongaguá, Guaraú e Serra do Cadeado; Criação de linhas especiais para o turismo; Agilizar a implantação do FUNDESVAR; Principalmente do setor receptivo do turismo regional; Principalmente nas áreas de saúde, saneamento e resíduos sólidos, acabar com os lixões; Regulamentar a profissão; Implantar fórum regional de turismo; Valorizar e fortalecer a cultura local, principalmente quilombos, caiçaras, índios, imigrantes (europeus e japoneses); Implantar sistema de comunicação funcional (rede)

### **PROPOSTAS INDIVIDUAIS APRESENTADAS EM PLENÁRIO**

#### **Proposta 1:**

Em complemento ao assunto sobre a precariedade das comunicações no Vale do Ribeira, gostaria de propor o incentivo a internet grátis, pois sabemos a importância que a rede possui, principalmente na potencialidade de informações e até mesmo a elaboração de cursos à distância que ajudaria muitas comunidades isoladas não só na área do ecoturismo como também na agricultura, piscicultura manejo sustentável e outros assuntos referentes ao meio ambiente.

Se preciso for que haja uma intervenção federal para a implementação da internet grátis na região.

(Américo de Oliveira Pimentel – estudante do curso de técnico em Meio Ambiente do Colégio Agrícola Narciso de Medeiros de Iguape).

**Proposta 2:**

Organizar grupo técnico para discutir a contaminação na água, sedimentos com a participação do Ministério do Meio Ambiente e Secretaria da Pesca.

(João Moya)

**Proposta 3:**

Desenvolvimento do peixe de água doce em tanques de pesque e pague.

(Miguel Pereira)

**Proposta 4:**

Sugiro que as mudas de palmito-juçara produzidas pelas comunidades e produtores licenciados sejam utilizadas no paisagismo urbano das cidades de todo o litoral paulista. Além de diversificar a paisagem e atrair a fauna, também se tornará um importante destino das mudas produzidas.

(Maria Cecília H. Furegato – Bióloga Prefeitura de Santos )

**Proposta 5:**

Incentivo ao ecoturismo nas regiões de mangue e da serra do mar por parte do Governo Estadual e ou órgãos competentes de Cubatão e Baixada Santista.

Inclusão da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental de Cubatão e Baixada Santista.

Formação de monitores ambientais em Cubatão e Baixada Santista.

Trabalho conjunto do governo e ONG para a difusão do turismo ambiental na região de Cubatão e Baixada Santista.

Fiscalização mais rigorosa em cima do desmatamento ilegal das regiões do pé da serra em Cubatão.

Consolidação de um projeto de lei para o apoio direto ao ecoturismo.

Implantação de Centro de Formação de Monitores ambientais em Cubatão e Baixada Santista.

Injeção de capital em infra-estrutura de ecoturismo na região de Cubatão e Baixada Santista.

(Clayton G. Cardoso – aluno de turismo da Escola Federal em Cubatão)

**Proposta 6:**

Criação de equipe dentro dos órgãos ambientais para realizarem gratuitamente os projetos de licenciamento ambiental para os pequenos agricultores, empresários de turismo ecológico ou de projetos de agrofloresta, assim como a isenção das taxas ambientais.

**Proposta 7:**

Visando o desenvolvimento regional deve-se evitar a implantação de estruturas hoteleiras nos parques. A alimentação e hospedagem devem ser proporcionadas pela comunidade.

**Proposta 8:**

Como ao Município de Iguape pertence a maior área de Mata Atlântica, que o CBMA a ser criado tenha a sua matriz neste município.

(Luiz Felipe fontes Jr. – Iguape – SP)

**Proposta 9:**

Incentivo a criação de cursos de agricultura e crédito para agricultura.

(Adão Fortes da Silva )

**Proposta 10:**

Que o agricultor possa explorar o seu palmito e vender o seu palmito ajudando na fiscalização.

(Arnaldo Jr.)

**Proposta 11:**

Formar um grupo de trabalho para que os agricultores familiares, no seu conjunto, possam se adequar à Medida Provisória nº 2.186 e fazer o licenciamento do conjunto das plantas em uso por manejo sustentável, perante esta legislação.

O GT necessita de orientação do MMA para este trabalho, inclusive sobre o projeto de lei que vai substituir a Medida Provisória.

(Armim)